

Secretaria de
Estado de
Esporte e
Lazer



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER

Edital

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 01/2023
PROCESSO 202317576000436

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço por Lote

OBJETO: Registro de Preços visando a contratação de empresa(s) especializada(s) em fornecimento de materiais esportivos, premiações e materiais personalizados para atender as demandas dos eventos apoiados pelo Governo de Goiás, bem como apoiar as entidades (federações, associações, municípios e atletas) por meio de doações, de acordo com as condições e especificações Termo de Referência e nos demais documentos deste processo licitatório.

VALOR MÁXIMO ESTIMADO: **R\$9.834.021,00** (nove milhões oitocentos e trinta e quatro mil e vinte e um reais).

PARTICIPAÇÃO: Disputa geral, cota reservada para Me's e EPP's e exclusivos para ME's e EPP's.

DATA/HORA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 17/04/2023 às 09:00 hs.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal 8.666/1993 e suas alterações posteriores, Lei Estadual nº 17.928/2012, Decretos Estaduais nº 7.437/2011, Decreto 9.666/2020, 7.466/2011, 7.425/2011, Decreto Federal nº 10.024/2019, Lei Complementar nº 117/2015, Lei Complementar 123/2006, modificada pela Lei 147/2014 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

ACESSO AO EDITAL E ANEXOS: www.esporte.go.gov.br (site da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer)

DÚVIDAS/INFORMAÇÕES: **62 3201 39 53**

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 01/2023
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO 202317576000436

A Secretaria de Estado de Esporte e Lazer, por intermédio de seu Pregoeiro e equipe de apoio designados pela Portaria nº 46/2023 - SEEL, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico para registro de preço- SRP, tipo menor preço por lote, com lotes de disputa geral, cota reservada para Me's e EPP's e exclusivos para ME's e EPP's, em sessão pública eletrônica a partir das 09:00 horas (horário de Brasília-DF) do dia 17/04/2023, através do site www.comprasnet.go.gov.br, destinado a eventual contratação de empresa(s) especializada(s) em fornecimento de materiais esportivos, premiações e materiais personalizados para atender as demandas dos eventos apoiados pelo Governo de Goiás, bem como apoiar as entidades (federações, associações, municípios e atletas) por meio de doações, conforme legislação e especificações, quantitativos e condições constantes no Termo de Referência, anexo I e demais disposições fixadas neste Edital e seus anexos, relativo ao Processo nº 202317576000436, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal 8.666/1993 e suas alterações posteriores, Lei Estadual nº 17.928/2012, Decretos Estaduais nº 7.437/2011, Decreto 9.666/2020, 7.466/2011, 7.425/2011, Decreto Federal nº 10.024/2019, Lei Complementar nº 117/2015, Lei Complementar 123/2006, modificada pela Lei 147/2014 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

Henderson de Paula Rodrigues
Secretário de Estado de Esporte e Lazer

1 - DO OBJETO E DO VALOR ESTIMADO

1.1 O presente Pregão tem por objeto Registro de Preços para a eventual contratação de empresa(s) especializada(s) em fornecimento de materiais esportivos, premiações e materiais personalizados para atender as demandas dos eventos apoiados pelo Governo de Goiás, bem como apoiar as entidades (federações, associações, municípios e atletas) por meio de doações e conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas

1.2. O critério de julgamento será de o **MENOR PREÇO POR LOTE**. Os quantitativos foram divididos em 11(onze) lotes, detalhados a seguir:

LOTE 01 - DISPUTA GERAL

Item	Descritivo	Quant.	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	Troféu Personalizado grande	3.000	UNID.	R\$ 87,33	R\$ 261.990,00
2	Troféu personalizado médio	3.000	UNID.	R\$ 55,16	R\$ 165.480,00
3	Medalhas Personalizadas 9 cm	30.000	UNID.	R\$ 27,10	R\$ 813.000,00
TOTAL LOTE 01					R\$ 1.240.470,00

LOTE 02 - EXCLUSIVO PARA ME's e EPP's

Item	Descritivo	Quant.	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	Placas para homenagem	500	UNID.	R\$ 104,67	R\$ 52.335,00
TOTAL LOTE 02					R\$ 52.335,00

LOTE 03 - DISPUTA GERAL

Item	Descritivo	Quant.	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	Jogo de uniforme completo	5.000	JG.	R\$ 1.007,00	R\$ 5.035.000,00
2	Jogo de coletes esportivos	2.000	JG.	R\$ 343,63	R\$ 687.260,00
3	Camisetas personalizadas	5.000	UNID.	R\$ 32,40	R\$ 162.000,00
4	Conjunto de agasalho	2.000	UNID.	R\$ 136,19	R\$ 272.380,00
5	Bandeiras personalizadas	500	UNID.	R\$ 153,29	R\$ 76.645,00
TOTAL LOTE 03					R\$ 6.233.285,00

LOTE 04 - DISPUTA GERAL

Item	Descritivo	Quant.	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	Bola para futebol de campo	3.750	UNID.	R\$ 83,45	R\$ 312.937,50
2	Bola para futebol society	1.500	UNID.	R\$ 92,41	R\$ 138.615,00
TOTAL LOTE 04					R\$ 451.552,50

LOTE 05 - RESERVA DE COTA 25% PARA ME e EPP

Item	Descritivo	Quant.	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	Bola para futebol de campo	1.250	UNID.	R\$ 83,45	R\$ 104.312,50
2	Bola para futebol society	500	UNID.	R\$ 92,41	R\$ 46.205,00
TOTAL LOTE 05					R\$ 150.517,50

LOTE 06 - DISPUTA GERAL

Item	Descritivo	Quant.	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	Bola para voleibol	1.500	UNID.	R\$ 139,53	R\$ 209.295,00
2	Bola para basquetebol	1.500	UNID.	R\$ 112,95	R\$ 169.425,00
3	Bola para handebol	750	UNID.	R\$ 106,48	R\$ 79.860,00
TOTAL LOTE 06					R\$ 458.580,00

LOTE 07 - RESERVA DE COTA 25% PARA ME e EPP

Item	Descritivo	Quant.	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	Bola para voleibol	500	UNID.	R\$ 139,53	R\$ 69.765,00
2	Bola para basquetebol	500	UNID.	R\$ 112,95	R\$ 56.475,00
3	Bola para handebol	250	UNID.	R\$ 106,48	R\$ 26.620,00
TOTAL LOTE 07					R\$ 152.860,00

LOTE 08 (DISPUTA GERAL)

Item	Descritivo	Quant.	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	Rede para futebol de campo	750	PAR	R\$ 430,67	R\$ 323.002,50
2	Rede para futebol society	750	PAR	R\$ 266,75	R\$ 200.062,50
3	Rede para voleibol	750	UNID.	R\$ 130,13	R\$ 97.597,50
TOTAL LOTE 08					R\$ 620.662,50

LOTE 09 - RESERVA DE COTA 25% PARA ME e EPP

Item	Descritivo	Quant.	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	Rede para futebol de campo	250	PAR	R\$ 430,67	R\$ 107.667,50
2	Rede para futebol society	250	PAR	R\$ 266,75	R\$ 66.687,50
3	Rede para voleibol	250	UNID.	R\$ 130,13	R\$ 32.532,50
TOTAL LOTE 09					R\$ 206.887,50

LOTE 10 - DISPUTA GERAL

Item	Descritivo	Quant.	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	Rede para basquetebol	750	PAR	R\$ 62,06	R\$ 46.545,00
2	Rede para handebol	375	PAR	R\$ 209,97	R\$ 78.738,75
3	Rede para futvôlei	150	UNID.	R\$ 255,13	R\$ 38.269,50
4	Rede para beachtenis	150	UNID.	R\$ 244,00	R\$ 36.600,00
TOTAL LOTE 10					R\$ 200.153,25

LOTE 11 - RESERVA DE COTA 25% PARA ME e EPP

Item	Descritivo	Quant.	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	Rede para basquetebol	250	PAR	R\$ 62,06	R\$ 15.515,00
2	Rede para handebol	125	PAR	R\$ 209,97	R\$ 26.246,25
3	Rede para futvôlei	50	UNID.	R\$ 255,13	R\$ 12.756,50
4	Rede para beachtenis	50	UNID.	R\$ 244,00	R\$ 12.200,00

1.3 O valor total para esta aquisição é de **R\$9.834.021,00** (nove milhões oitocentos e trinta e quatro mil e vinte e um reais)

1.4 Os lotes 1, 3, 4, 6, 8, 10 são de disputa geral, os lotes 5, 7, 9, 11 são cotas reservadas dos lotes 4, 5, 7, 9 e 11 da disputa geral, enquanto o lote 2 é exclusivo para ME's e EPP's;

1.4 Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Comprasnet.go e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

2. DO LOCAL, DATA E HORA

2.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, através do site www.comprasnet.go.gov.br, no dia **17/04/2023 a partir as 09:00 horas**, horário de Brasília, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, em todas as suas fases.

2.2. As Propostas Comerciais e os documentos relativos a habilitação do fornecedor deverão ser encaminhadas, através do site www.comprasnet.go.gov.br, no período compreendido entre o dia 31 de março de 2023, data da publicação no DOE, DOU e no Jornal O Hoje e o dia 17 de abril de 2023, até às 09:00h. A etapa de lances terá início às 09:10h. A proposta anexada deverá conter o valor unitário e o total de cada lote descrito no item 1 deste Edital. **A proposta e os lances ofertados no sistema ComprasNet deverão ser feitos de acordo com o valor total de cada lote.**

2.3. O prazo fixado para a apresentação das propostas e documentos de habilitação não será inferior a oito dias úteis, contados da data de publicação do aviso do edital, Dec. Federal 10.024/19, Art. 25°.

2.3.1. O licitante que apresentar a melhor oferta poderá encaminhar documento(s) requerido(s) pelo pregoeiro para a complementação de informações relevantes à contratação. O prazo para o envio será informado na própria sessão, e será de no mínimo 2 (duas) horas.

2.3.2. Poderão participar do Pregão os fornecedores cadastrados, com "status homologado", e os fornecedores pré-cadastrados, não sendo admitida em hipótese alguma a participação dos fornecedores que estejam impedidos de contratar com a administração pública, cujo "status" será informado no sistema como "suspenso". Os inativos e aqueles que tenham os respectivos cadastros vencidos se equiparam aos pré-cadastrados.

2.4. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos no edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

2.5. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

2.6. A fase competitiva (lances), para todos os itens, se iniciará às **09:10 horas do dia 17 de abril de 2023**. O procedimento de encerramento iniciará-se automaticamente após 10 (dez) minutos; havendo lances a partir do oitavo minuto a etapa de prorrogação terá intervalos de 2 minutos (modo de disputa aberto, Decreto Federal 10.024/19, Art. 31, inciso I).

2.7. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, independentemente de nova comunicação, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

2.8. Todas as referências de tempo contidas neste Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO GERAL E DO TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

3.1. Poderão participar deste Pregão as empresas que atenderem concomitantemente aos seguintes requisitos:

3.1.1. Ser legalmente constituída no ramo pertinente ao objeto deste certame;

3.1.2. Atender integralmente as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos;

3.1.3. Preferencialmente possuir Certificado de Registro Cadastral – CRC, junto ao CADFOR, com "**status homologado**", durante a sessão pública deste Pregão;

3.1.3.1. Ao licitante vencedor que possuir o CRC liberado pelo CADFOR com "**situação irregular**", será assegurado o direito de apresentar, via sistema Comprasnet GO, a documentação regular e atualizada na própria sessão pública;

3.1.3.2. Caso o licitante vencedor não esteja habilitado com o status "**homologado**", deverá providenciar a homologação de seu cadastro junto ao CADFOR, como condição obrigatória para sua contratação;

3.1.3.3. O licitante que não se encontre na condição descrita no item 3.1.3, deverá previamente à sessão pública, realizar o cadastramento simplificado (Pré-Cadastro) e enviar durante a "Fase de Propostas" a proposta e os documentos de habilitação

exigidos neste Edital em campo próprio do sistema eletrônico www.comprasnet.go.gov.br.

3.2. A participação neste Pregão dar-se-á por meio da digitação de *login* e senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento da Proposta Comercial em data e horário previstos neste Edital, exclusivamente pelo sistema eletrônico do site www.comprasnet.go.gov.br.

3.2.1. São documentos complementares: aqueles necessários à confirmação dos documentos já exigidos no edital (item 8) e já apresentados, mas que eventualmente careçam de confirmação por meio de diligências, conforme Art. 26, § 9º do Decreto Estadual 9.666/20, nestes, se incluem também os documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente, por exemplo, atestados ou declaração de capacitação técnica, que atestem a aptidão das empresas anteriores à abertura da sessão pública do certame segundo Acórdão nº 1211/2021 - TCU. As informações contidas no CRC, à exemplo, certidões fiscais, ainda que vencidas poderão ser igualmente diligenciadas pelo pregoeiro, desde que o licitante anexe o documento, n caso o CRC, anteriormente a abertura da sessão.

3.2.2. A ausência dos documentos exigidos no edital e não apresentados de forma alguma, ensejará a inabilitação, salvo se a informação for de pouca relevância, e desde, que a informação possa ser diligenciada pelo pregoeiro.

3.3. Como requisito para participação neste Pregão, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico www.comprasnet.go.gov.br, o pleno conhecimento e atendimento das exigências de habilitação previstas no Edital.

3.4. Por determinação da Procuradoria Setorial da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer, através do Despacho nº 363/2021, serão consultados, os bancos de dados CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas, CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas, o CNJ - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e a situação cadastral do CNPJ da Receita Federal e QSA (Quadro de Sócios e Administradores) como condição prévia de participação da empresa melhor classificada.

3.5. É vedada a participação de empresa:

3.5.1. Em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação.

3.5.2. Que tenha sido declarada inidônea pela Administração Pública e, caso participe do processo licitatório, estará sujeita às penalidades previstas no Art. 97, parágrafo Único a Lei Federal 8.666/93.

3.5.3. Que esteja suspensa de licitar junto ao Cadastro Unificado de Fornecedores Estado–CADFOR.

3.5.4. Empresa impedida de licitar e contratar com o Estado de Goiás e Governo Federal, durante o prazo da sanção aplicada.

3.5.5. Empresa proibida de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei nº 9.605/98;

3.5.6. Empresa proibida de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;

3.5.7. Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País.

3.5.8. Também não poderá participar direta ou indiretamente da licitação, da execução dos serviços e do fornecimento de bens a eles necessários, conforme o artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/93:

I. O autor do Termo de Referência, pessoa física ou jurídica; e

II. Empresa que possua em seu quadro societário ou de pessoal servidores públicos da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer, bem como empresa que possua proprietário, sócio ou dirigente que seja cônjuge ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau com servidores públicos da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer.

3.5.8.1. Considera-se participação indireta, para fins do disposto no subitem 3.5.8, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do Termo de Referência e a Licitante, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.

3.5.8.2. O disposto no inciso II do item 3.5.8 aplica-se também aos membros da Comissão de Licitação, ao Pregoeiro e à Equipe de Apoio.

3.6. A empresa em Recuperação Judicial que tiver a Certidão emitida pela instância judicial competente, que ateste que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e de comprovação de acolhimento judicial do Plano de Recuperação, nos termos do art. 58 da Lei nº 11.101/05, em caso de recuperação judicial; ou homologação judicial do Plano de Recuperação, no caso de recuperação extrajudicial, de forma a possibilitar a habilitação de maior número de empresas, NÃO SERÁ IMPEDIDA DE PARTICIPAR.

3.7. As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas; a SEEL não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

3.8. Conforme estabelecido na Lei Estadual nº 17.928/2012, LC 123/2006, modificada pela LC 147/2016, será assegurada preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos a seguir:

3.8.1 Disputa Geral: lotes 1, 3, 4, 6, 8, 10;

3.8.2 Lotes de Cotas Reservadas à ME's e EPP's: 5, 7, 9, 11

3.8.3 lote exclusivo à ME's e EPP's: 2

3.9. Não poderão se beneficiar do regime diferenciado e favorecido em licitações concedido às microempresas e empresas de pequeno porte pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, licitantes que se enquadrem qualquer das

exclusões relacionadas no artigo terceiro da referida Lei;

3.9.1- Cota de 25% reservados exclusivamente a ME e EPP: Lotes 5 , 7, 9, 11;

3.9.1.1 - Nos itens em que não houver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal, ou diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado.

3.9.1.2 - Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação da cota reservada deverá ocorrer pelo preço da cota principal, caso este tenha sido menor do que o obtido na cota reservada.

3.10. Para usufruir dos benefícios estabelecidos nos dispositivos legais supracitados, a licitante deverá estar enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte, devendo declarar-se como tal, apresentar certidão que ateste o enquadramento expedida pela Junta Comercial ou, alternativamente, documento gerado pela Receita Federal, por intermédio de consulta realizada no sítio www.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional, ou comprovação através do enquadramento no CRC – Certificado de Registro Cadastral expedido pelo CADFOR, podendo ser confrontado com as peças contábeis apresentadas ao certame licitatório.

3.10.1. Para fins de comprovação dos benefícios citados no item 3.10, a Pregoeira, encaminhará a Gerência de Gestão e Finanças desta Secretaria para a realização de consulta ao sistema SIOFI, a fim de verificar se o somatório dos valores das ordens de pagamento recebidas pela Licitante microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada, detentora da proposta classificada em primeiro lugar, ultrapassou, no exercício anterior, os limites previstos no artigo 3º, incisos I e II, da Lei Complementar nº 123/2006, ou o limite proporcional de que trata o artigo 3º, § 2º, da referida Lei, em caso de início de atividade no exercício considerado.

3.11. O próprio sistema disponibilizará à licitante a opção de declarar-se como microempresa ou empresa de pequeno porte. A não manifestação de enquadramento, quando indagado pelo sistema eletrônico, implicará no decaimento do direito de reclamar, posteriormente, essa condição, no intuito de usufruir dos benefícios de desempate estabelecidos na Lei supramencionada.

3.12. Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

3.12.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao menor preço registrado para o lote.

3.12.2. O critério de desempate, preferência de contratação, aqui disposto somente se aplicará quando a melhor oferta válida não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

3.12.3. A preferência aqui tratada será concedida da seguinte forma:

I – Ocorrendo empate, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado o objeto licitado em seu favor;

II – O direito de preferência previsto no inciso I, situação de empate, será exercido, sob pena de preclusão, após o encerramento da rodada de lances, devendo ser apresentada nova proposta no prazo máximo de cinco minutos;

III – No caso de igualdade dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem em situação de empate, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que poderá exercer o direito de preferência previsto no inciso I;

IV – Na hipótese da não contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, com base no inciso I, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem em situação de empate, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

3.12.4. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no item 3.12.3, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

3.13 Serão adotados procedimentos de consulta ao Portal da Transparência Estadual e ao sistema SIOFI a fim de verificar se o somatório dos valores das ordens de pagamento recebidas por licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar que tenha usufruído do tratamento diferenciado previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, ultrapassem, no exercício anterior, os limites previstos no artigo 3º, incisos I II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, ou o limite proporcional de que trata o artigo 3º, § 2º, do mesmo diploma, em caso de início de atividade no exercício considerado, sendo que a consulta também deverá abranger o exercício corrente, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias por ela recebidas, até o mês anterior ao da sessão pública da licitação, extrapola os limites acima referidos, acrescidos do percentual de 20% (vinte por cento) de que trata o artigo 3º, §§ 9º-A e 12, da Lei Complementar nº 123/2006.

3.14. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

3.14.1 Conforme estabelecido no Decreto Estadual nº 7.466/2011 e Lei Estadual nº 17.928/2012, será assegurada preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

3.14.2 Não poderão se beneficiar do regime diferenciado e favorecido em licitações, concedido às microempresas e empresas de pequeno porte pela Lei Complementar nº123/2006 e suas alterações, licitantes que se enquadrem em qualquer das exclusões relacionadas no Art. 3º, § 4º, da referida Lei.

3.14.3 Para usufruir dos benefícios estabelecidos pelas LC 123/06 e Lei Estadual nº 117/15, o Licitante que se enquadrar como microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme definido legalmente, deverá declarar-se como tal no início da sessão pública do Pregão Eletrônico, se comprometendo a apresentar a documentação comprobatória caso venha a vencer o certame utilizando-se do benefício (certidão emitida pela Junta Comercial ou, alternativamente, documento gerado pela Receita Federal, por intermédio de consulta realizada no sítio <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/>, podendo ser confrontado com as peças contábeis apresentadas ao certame licitatório).

3.14.4 Será consultado o Portal da Transparência estadual, e o sistema SIOFI, para verificar se o somatório dos valores das ordens de pagamento recebidas por licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, que tenha usufruído do tratamento diferenciado previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/06, ultrapassam, no exercício anterior, os limites previstos no artigo 3º, incisos I II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, ou o limite proporcional de que trata o artigo 3º, § 2º, do mesmo diploma, em caso de início de atividade no exercício considerado. A consulta também abrangerá o exercício corrente, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias por ela recebidos, até o mês anterior ao da sessão pública da licitação, extrapolam os limites acima referidos, acrescidos do percentual de 20% (vinte por cento) de que trata o artigo 3º, §§ 9º-A e 12, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.14.5 O próprio sistema disponibilizará ao Licitante a opção de declarar-se como microempresa ou empresa de pequeno porte quando efetuar o *login* e entrar no Pregão Eletrônico. A não manifestação de enquadramento quando indagado pelo sistema eletrônico, implicará na perda do direito de reivindicar posteriormente essa condição, não podendo usufruir dos benefícios concedidos pelas LC 123/06 e Lei Estadual nº 117/15.

3.14.6 Será assegurada, como critério de desempate nas licitações do tipo menor preço, a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

3.14.7 Entende-se por empate aquelas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao menor preço ofertado.

3.14.8 O critério de desempate e preferência de contratação aqui disposto somente se aplicará quando a melhor oferta válida não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

3.14.9 A preferência aqui tratada será concedida da seguinte forma:

3.14.9.1 Ocorrendo empate, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado o objeto licitado em seu favor;

3.14.9.2 O direito de preferência previsto **item 3.14.9.1** será exercido, sob pena de preclusão, após o encerramento da rodada de lances, devendo ser apresentada nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos para o item, em situação de empate;

3.14.9.3 No caso de igualdade dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, gerando situação de empate, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que poderá exercer o direito de preferência previsto **item 3.14.9.1**;

3.14.9.4 Na hipótese da não contratação da microempresa e empresa de pequeno porte com base no **item 3.14.9.1**, serão convocados as remanescentes que porventura se enquadrem em situação de empate, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

3.14.10 Na hipótese da não contratação nos termos previstos no **item 3.14.9.1**, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1 O acesso ao credenciamento se dará aos licitantes com cadastro homologado pelo Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado – **CADFOR**, da GERÊNCIA DE AQUISIÇÕES CORPORATIVAS da SEAD.

4.1.1 Para Pré-Cadastramento ou cadastramento, renovação cadastral e regularização, o interessado deverá atender a todas as exigências do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de Goiás – **CADFOR**, da SCCGL da SEAD, até o 5º (quinto) dia útil anterior à data de registro das propostas. A relação de documentos para cadastramento está disponível no banner do Cadastro de Fornecedores do site www.comprasnet.go.gov.br.

4.1.2 Não havendo pendências documentais será emitido o CRC – Certificado de Registro Cadastral pelo **CADFOR**, no prazo de 04 (quatro) dias úteis contados do recebimento da documentação completa e válida, excluindo-se o dia da entrega e vencendo os prazos apenas nos dias em que houver expediente regular e integral na SEAD.

4.1.3. Salvo os fornecedores que estejam proibidos de contratar com a administração, todos os demais poderão participar do certame, estando a contratação condicionada a aprovação ou regularização do cadastro, conforme consta no item 4.1.1 deste edital.

- 4.1.4.** Conforme Instrução Normativa nº 004/2011 – SEGPLAN, em caso do licitante pretender utilizar-se de outros cadastros que atendam a legislação pertinente para participar do pregão eletrônico, efetuará seu credenciamento de forma simplificada junto ao CADFOR, caso em que ficará dispensado de apresentar toda a documentação abrangida pelo referido cadastro, mediante a apresentação do mesmo ao CADFOR e terá registrado apenas a condição de “credenciado”.
- 4.1.5.** Os interessados que estiverem Pré-Cadastrados ou com o cadastro no status “homologado” deverão credenciar-se pelo site www.comprasnet.go.gov.br, opção “login do FORNECEDOR”.
- 4.2.** O credenciamento dar-se-á de forma eletrônica por meio da atribuição de chave de identificação ou senha individual.
- 4.3.** O credenciamento do usuário será pessoal e intransferível para acesso ao sistema, sendo o responsável por todos os atos praticados nos limites de suas atribuições e competências.
- 4.4.** O credenciamento do usuário implica sua responsabilidade legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- 4.5.** O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua exclusiva responsabilidade, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a SEEL, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 4.6.** As informações complementares para cadastro/credenciamento no CADFOR poderão ser obtidas através dos telefones: (62) 3201-8744 e (62) 3201-8746 e operação do sistema COMPRASNET: (62) 3201-8752.

5 – DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

- 5.1. Concluída a fase de credenciamento, as licitantes registrarão suas propostas. Só será aceita uma proposta por Lote para cada licitante e, ao término do prazo estipulado para o encaminhamento de propostas, o sistema automaticamente bloqueará o envio.
- 5.2. As propostas comerciais deverão ser enviadas através do site www.comprasnet.go.gov.br durante o período estabelecido neste edital, após o preenchimento do formulário eletrônico, com manifestação em campo próprio do sistema de que tem pleno conhecimento e que atende às exigências de habilitação previstas.
- 5.3. A Proposta Comercial deverá ser formulada e enviada, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, indicando o valor do lote, objeto deste certame; o ônus de comprovação de sua exequibilidade caberá exclusivamente à licitante, caso solicitado pelo Pregoeiro.
- 5.3.1. O sistema ComprasNet-GO possibilita à licitante a exclusão/alteração da proposta dentro do prazo estipulado no edital para registro de propostas. Ao término desse prazo, não haverá possibilidade de exclusão/alteração das propostas, as quais serão analisadas conforme definido no edital.
- 5.4. A licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.
- 5.5. O licitante é responsável pelo ônus da perda de negócios resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Pregoeiro ou pelo sistema, ainda que ocorra sua desconexão.
- 5.6. O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.
- 5.7. Todas as empresas deverão cotar seus preços com todos os tributos cabíveis inclusos, bem como todos os demais custos diretos e indiretos necessários ao atendimento das exigências do Edital e seus anexos. Entretanto, as empresas enquadradas no regime normal de tributação (empresas não optantes do simples), estabelecidas em Goiás, deverão registrar a proposta com preços desonerados do ICMS conforme disposições do Art. 6º, Inc. XCI do Regulamento do Código Tributário do Estado de Goiás - RCTE, que concede isenção de ICMS nas operação e prestação internas, relativas à aquisição de bem, mercadoria e serviço por órgãos da Administração Pública Estadual Direta e suas fundações e autarquias, ficando mantido o crédito, observado, dentre outras coisas, à transferência do valor correspondente ao ICMS ao adquirente mediante a redução do preço do bem, mercadoria e serviço, devendo a redução ser demonstrada no documento fiscal.
- 5.7.1. Por determinação da Procuradoria-Geral do Estado através de seu Despacho “AG” nº 001203/2013, para as empresas estabelecidas em Goiás, isentas do ICMS, conforme item 5.7 acima, as propostas comerciais, enviadas pelas empresas detentoras das melhores ofertas após a fase de lances, deverão conter, obrigatoriamente, além do preço normal de mercado dos produtos ou serviços ofertados (valor bruto), o preço resultante da isenção do ICMS conferida (valor líquido), que deverá ser o preço considerado como base de julgamento. O valor líquido será aquele registrado no sistema ComprasNet-GO, de acordo com determinação do item 2.2 deste edital, e será considerado como base para etapa de lances. O valor bruto (com ICMS) servirá apenas para efeito de análise do desconto concedido e para que as ordens de fornecimento possam apresentar os dois valores, facilitando a execução do contrato ou instrumento equivalente.
- 5.8. Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas omitidos na proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer outro título.
- 5.9. O Pregoeiro verificará as propostas registradas no sistema e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital. A desclassificação da proposta será fundamentada e consignada no sistema, acompanhada em tempo real por todos os participantes.
- 5.10. O licitante que apresentar a melhor oferta para a administração deverá anexar no sistema a proposta final, após a solicitação do Pregoeiro, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, contendo obrigatoriamente:
- a) Nome da Empresa, CNPJ, endereço, fone/e-mail, nome do responsável, nº da conta corrente e nº da agência da empresa. Os dados bancários poderão ser informados até a data da assinatura do contrato;
 - b) Nº do Pregão;

- c) Preço em Real, unitário e total com no máximo duas casas decimais, onde deverá estar incluídas todas as despesas que influam nos custos, tais como: transporte, frete, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, encargos comerciais ou de qualquer natureza, e todos os demais custos diretos e indiretos;
- d) Objeto ofertado, consoante exigências editalícias e com a quantidade licitada;
- e) Prazo de validade da proposta de 90 (noventa) dias, a contar da data da sessão deste Pregão Eletrônico;
- f) Data e assinatura do responsável;
- g) As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte detentoras da melhor oferta, deverão apresentar também para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, nas condições do Estatuto Nacional de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar Federal n. 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º;
- g1) Certidão que ateste o enquadramento expedida pela Junta Comercial ou, alternativamente, documento gerado pela Receita Federal, por intermédio de consulta realizada no sítio www.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional, ou comprovação através do enquadramento no CRC – Certificado de Registro Cadastral expedido pelo CADFOR, podendo ser confrontado com as peças contábeis apresentadas ao certame licitatório;

5.11. Além da proposta, o Pregoeiro poderá, quando for o caso, solicitar outros documentos necessários a comprovação de exigências contidas no edital, não podendo o prazo para que o licitante os anexe no sistema ComprasNet ser inferior a 02 (duas) horas, conforme detalhado no item 8.3.1 deste edital.

6 – DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO

- 6.1. O Pregoeiro, via sistema eletrônico, dará início à Sessão Pública, na data e horário previstos neste Edital.
- 6.2. Iniciada a sessão pública do pregão eletrônico, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
- 6.3. O Pregoeiro realizará a análise preliminar das propostas registradas conforme item 5.9, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital. Os licitantes que tiverem suas propostas desclassificadas não poderão ofertar lances.
- 6.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo Pregoeiro
- 6.5. A fase de lances que terá duração de 10 (dez) minutos; todos os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 6.6. Durante o transcurso da sessão pública eletrônica, os licitantes serão informados, em tempo real, das mensagens trocadas no chat do sistema, inclusive valor e horário do menor lance registrado apresentado pelas licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.
- 6.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, pelo valor do lote a ser adquirido, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.
- 6.7.1. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observando-se ainda, o valor de diferença entre os lances, que será de no mínimo **R\$ 10,00 (dez) reais**. O valor aqui tratado refere-se ao último lance do licitante e não ao valor da menor proposta verificado na disputa; ou seja, ainda que haja um lance menor, o sistema aceitará o lance do licitante desde que dentro do limite do intervalo mínimo de diferença aqui estabelecido;
- 6.7.2. O sistema eletrônico rejeitará automaticamente os lances cujos valores não estejam adequados ao item 6.7.1 deste edital;
- 6.8. Não serão aceitos, 2 (dois) ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado no sistema em primeiro lugar.
- 6.9. Caso a(s) licitante(s) não realize(m) lance(s), permanecerá o valor da proposta eletrônica apresentada para efeito da classificação final, neste caso, se houver duas propostas iguais o sistema procederá um sorteio automático para efetivar a classificação das propostas.
- 6.9.1. Caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos [art. 44](#) e [art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), seguido da aplicação do critério estabelecido no [§ 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993](#), se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.
- 6.9.2. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas, nos termos do Art
- 6.10. A fase de lances:
 - a) A etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
 - b) A prorrogação automática da etapa de envio de lances, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.
 - c) Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.
 - d) Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o Pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.
- 6.11. Após encerradas as operações referidas no item acima, o sistema ficará impedido de receber novos lances.
- 6.12. Encerrada a etapa competitiva, o Pregoeiro encaminhará através do sistema, contraproposta, com especificação do valor, diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, bem assim decidir sua aceitação, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

- 6.13. O Pregoeiro sempre poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.
- 6.14. No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, estes continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados;
- 6.15. Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

7 – DOS LANCES

- 7.1** Após a análise e classificação das propostas, o Pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os Licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observado o horário estabelecido e as regras de aceitação dos mesmos, sendo imediatamente informados do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 7.2** Os Licitantes poderão oferecer lances sucessivos, para o menor valor unitário por lote, sempre inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, obedecendo, quando o Pregoeiro fixar, ao percentual ou valor mínimo exigido entre os lances.
- 7.2.1** O valor mínimo exigido entre os lances a que se refere o item **7.2**, **será de R\$ 10,00 (dez) reais**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.
- 7.3** O sistema eletrônico rejeitará automaticamente os lances em valores superiores aos anteriormente apresentados pelo mesmo licitante.
- 7.4** Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, para o mesmo item, prevalecendo aquele que for recebido e registrado no sistema em primeiro lugar.
- 7.5** Caso o Licitante não realize lances, permanecerá o valor inicial de sua proposta eletrônica, que será incluída na classificação final.
- 7.6** Durante o transcurso da sessão pública, os Licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais Licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.
- 7.7** A fase de lances terá duas etapas, por se tratar do modo de disputa aberto. A primeira terá início às **09 h 10 min** do dia **17/04/2023**, com duração de **10 (dez) minutos**. No segundo momento, a etapa de envio de lances será prorrogada automaticamente pelo sistema, quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública. Essa prorrogação será automática, e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários. Na hipótese de não haver novos lances nesses moldes, a sessão pública será encerrada automaticamente.
- 7.8** Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao Licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas no edital.
- 7.8.1** A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelas demais Licitantes.
- 7.9** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos Licitantes para a recepção dos lances, estes continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 7.10** Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

8 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

- 8.1.1.** Serão considerados os prazos para a prestação de serviços, as especificações técnicas, os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade, as diretrizes do plano de gestão de logística sustentável e as demais condições estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I deste edital.
- 8.1.2.** Após a fase de lances e a verificação da documentação de habilitação das empresas detentoras dos menores lances em cada lote.
- 8.1.2.2.** Caso verifique-se erro formal ou material sanável, a empresa poderá corrigir a sua proposta desde que isto não implique em alteração do valor total do lote ofertado.
- 8.1.2.3.** Caso se verifique a existência de indícios de inexecutabilidade, o pregoeiro deverá ofertar a empresa a oportunidade de comprovar a exequibilidade de sua proposta. A desclassificação só ocorrerá caso a empresa não consiga demonstrar a exequibilidade de sua proposta.
- 8.2.** Considerar-se-á vencedora aquela que, tendo sido aceita, estiver de acordo com os termos deste Edital e seus Anexos, ofertar o menor preço, após a fase de lances, e ainda, for devidamente habilitada após apreciação da documentação e tiver sua proposta aprovada pelo setor técnico, salvo a situação prevista no item 8.8.1.1 deste Edital.

- 8.3. Declarado o encerramento da etapa competitiva, o Pregoeiro poderá solicitar, se for o caso, outros documentos nos termos constantes do edital e seus anexos, fixando prazo não inferior a 02 (duas) horas para o envio; e, quando o detentor da melhor oferta estiver na condição de pré-cadastrado junto ao ComprasNet, tomará as providências para a análise, ficando o andamento condicionado a manifestação dos gestores do referido sistema.
- 8.4. Caso não se realizem lances será verificada a conformidade da proposta de menor preço com as exigências do Edital.
- 8.5. Havendo apenas uma proposta, desde que atenda a todas as condições do edital e estando o seu preço compatível com os praticados no mercado, poderá ela ser aceita, devendo o Pregoeiro negociar, visando a obter preço melhor, conforme o item 6.12 deste edital;
- 8.6. A negociação de que trata o item anterior poderá ser acompanhada pelos demais licitantes;
- 8.7. Sendo aceitável a oferta de menor preço, o sistema informará quem é a licitante detentora da melhor oferta, respeitada as disposições no item 6.10. Essa licitante deverá encaminhar via sistema, a nova proposta comercial com valores readequados ao valor ofertado e registrado como de menor preço e todos os documentos eventualmente solicitados pelo Pregoeiro;
- 8.8. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a licitante será declarada vencedora.
- 8.9. Se a oferta não for aceita ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, salvo na situação prevista no item 8.8.1.1, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital;
- 8.10. Serão desclassificadas as propostas que:
- a) Forem elaboradas em desacordo com as exigências do Edital e seus Anexos;
 - b) Apresentarem propostas alternativas tendo como opção de preço ou marca, ou oferta de vantagem baseada nas propostas das demais licitantes;
- 8.11. Caso ocorrer desclassificação ou inabilitação por responsabilidade exclusiva da licitante, a mesma poderá sofrer as sanções previstas neste edital.
- 8.12. Da sessão pública do Pregão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no site www.comprasnet.go.gov.br.
- 8.13. O valor final da proposta, após a negociação, não poderá ser superior ao valor máximo estabelecido por lote para a contratação.
- 8.14.** Aos casos omissos deverão ser aplicados os seguintes diplomas legais: Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal n. 7.892/2013, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Federal nº 8.666/93, e, supletivamente, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado.

9 – DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 9.1. A habilitação da licitante detentora da melhor oferta será verificada ao final da etapa de lances.
- 9.2. O fornecedor que comprovar sua regularidade através do CRC – Certificado de Registro Cadastral do Estado de Goiás, devidamente homologado e regular, ou do SICAF/CADFOR – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores do Governo Federal, estará dispensado de apresentar os documentos descritos nos itens 9.3, 9.4, 9.5 e 9.6.2 (conforme art. 4º da Instrução Normativa 004/2011- GS).
- 9.3 - REGULARIDADE JURÍDICA**
- 9.3.1. Cédula de Identidade.
- 9.3.2. Registro Comercial, no caso de empresa individual.
- 9.3.3. Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social e seus aditivos em vigor, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedade de ações, acompanhadas de documentos de eleição de seus administradores.
- 9.3.4. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.
- 9.3.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.4 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- 9.4.1. Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.
- 9.4.2. Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 9.4.3. Certificado de Regularidade para com o FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal.
- 9.4.4. Certidão Negativa de Débito para com o INSS, ou prova equivalente que comprove regularidade de situação para com a Seguridade Social, ou ainda prova de garantia em juízo de valor suficiente para pagamento do débito, quando em litígio.
- 9.4.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal.

OBS: As comprovações pertinentes aos itens 9.4.4 e 9.4.5, serão alcançadas por meio de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados.

9.4.6. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, se sediado/domiciliado em outra unidade da federação, e do Estado de Goiás.

9.4.7. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante.

9.4.8. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Obs.: Caso a participação no certame se dê através da matriz, com possibilidade de que a execução contratual se dê por filial, ou vice-versa, a prova de regularidade fiscal deverá ser de ambas, dispensando-a quando, pela própria natureza das certidões, forem emitidas somente em nome da matriz (deliberação da Procuradoria-Geral do Estado através de seu Despacho "AG" nº 001930/2008).

9.5 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

9.5.1. Certidão negativa de falência, concordata ou recuperação judicial/extrajudicial, expedida pelo Cartório Distribuidor da Comarca da sede da licitante pessoa jurídica ou Certidão negativa de execução patrimonial expedida pelo Cartório Distribuidor do domicílio da licitante pessoa física.

9.5.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados a mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta. Considerar-se-á detentora de boa situação financeira a empresa de cujo Balanço ou Demonstrativo Contábil do último exercício social possam extrair elementos que comprovem o valor igual ou superior a 1 (um).

9.5.2.1. Apresentar a comprovação do índice de liquidez geral apurado no balanço apresentado pela proponente, extraído os seguintes elementos: I) Índice de Liquidez Corrente (ILC), igual ou superior a 1,00 (um inteiro), onde $ILC=AC/PC$ sendo que AC corresponde ao Ativo Circulante e PC corresponde o Passivo Circulante; II) Índice de Liquidez Geral (ILG), igual ou superior a 1,00 (um inteiro), onde $ILG=AC+RLP/ET$ sendo que AC corresponde ao Ativo Circulante, RLP corresponde a Realizável a Longo Prazo, ET corresponde a Exigível Total.

9.5.2.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social devidamente publicadas na imprensa oficial, quando se tratar de sociedades por ações, acompanhado do índice da aferição financeira exigido no subitem 9.5.2.1.

9.5.2.3. A empresa que apresentar resultado menor que 1 (um) em qualquer dos índices citados no subitem 9.5.2.1, quando de sua habilitação, deverá comprovar capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor estimado, através de balanço patrimonial integralizado, do último ano base exigido em Lei.

9.5.2.4. Nos casos em que a comprovação de qualificação econômico-financeira seja por meio de capital social ou patrimônio líquido mínimo, poderá ser requisitada, a qualquer momento, relação dos compromissos assumidos pelos licitantes, que importem diminuição de sua capacidade operativa ou absorção da disponibilidade financeira, nos termos do § 4º do artigo 31 da LLC.

9.5.2.5. Na habilitação em licitações referentes a fornecimento de bens para pronta entrega ou locação de materiais, não será exigida de microempresa ou empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social, em conformidade com o dispositivo legal.

9.6 – DAS DECLARAÇÕES

9.6.1. Declaração de que a empresa não se acha declarada inidônea para licitar e nem que seus sócios/acionistas estejam impedidos, nos termos da lei, conforme modelo a seguir:

DECLARAÇÃO

A empresa____, CNPJ n.º _____, declara, sob as penas da lei, que, seus sócios/acionistas não estão enquadrados em nenhuma das vedações contidas no art. 9º da Lei n. 8.666/93, ou seja, que não estão impedidos de contratar com a administração pública (Acórdão 2837 Plenário TCU). Declaramos ainda que os sócios/acionistas não são titulares de cargo eletivo ou comissionado na Administração Pública Estadual, bem como seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (art. 34-A da LEI).

Data e local

Assinatura do Diretor ou Representante Legal.

9.6.2. Declaração de que a empresa não emprega menor, conforme modelo a seguir:

DECLARAÇÃO

Declaração da proponente de que não possui em seu quadro de pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do Inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei 9.854/99).

Data e local

Assinatura do Diretor ou Representante Legal.

9.7 – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.7.1 ATESTADO ou CERTIDÃO expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, já haver o licitante, realizado fornecimento pertinente ao objeto desta licitação à respectiva pessoa jurídica.

9.8 - DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

9.8.1. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

9.8.1.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.8.1.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

9.8.2. Para fins do disposto no subitem 8.8, o enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte dar-se-á nas condições do Estatuto Nacional de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar Federal nº 123 de 14 de dezembro de 2006, devendo ser apresentado juntamente com a documentação de habilitação: I – certidão que ateste o enquadramento expedido pela Junta Comercial ou documento gerado pela Receita Federal, por intermédio de consulta realizada no sítio www.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional ou comprovação através do enquadramento no CRC ou SICAF/CADFOR, podendo ser confrontado com as peças contábeis apresentadas ao certame licitatório; II – declaração de cumprimento dos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme modelo a seguir:

DECLARAÇÃO

Declaro, sob as penas da lei, de cumprimento dos requisitos legais para a qualificação como Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP, em que se ateste a aptidão para usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos art. 42 a 49 da Lei Complementar Federal n. 123/06.

Data e local

Assinatura do Diretor ou Representante Legal

9.9. Todos os documentos deverão estar com prazo vigente e para as certidões que não mencionarem prazo de validade, considerar-se-á o prazo de 90 (noventa) dias contados da data de sua expedição.

9.10. Nos casos em que a licitante for filial, poderão ser apresentados os seguintes documentos da matriz em detrimento dos documentos da filial, desde que aquela (matriz) centralize o recolhimento dos tributos: Balanço Patrimonial (CNPJ da Matriz); Certidão Negativa de Falência/Concordata (CNPJ da Matriz) e demais casos em que estejam expressos no próprio documento/certidão ou previstos em Lei.

9.11. A licitante detentora da melhor oferta deverá encaminhar no prazo máximo de 2 (duas) horas ao final da fase de lances para análise, via sistema, na opção Documentos Complementares, nova proposta com valores readequados ao valor ofertado

e registrado como de menor lance, bem como documentação complementar solicitada pelo pregoeiro, caso ele julgue necessário;

9.11.1. Conforme definido no item 3.2.1 deste, documentos complementares são aqueles necessários a comprovação dos documentos exigidos na habilitação e já apresentados, conforme Art. 26, § 9º do Decreto Federal 10.024/19, bem como os documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame segundo Acórdão nº 1211/2021 - TCU;

9.11.2 O prazo descrito no item 9.11 poderá ser prorrogado pelo pregoeiro desde que informado no chat a todos os licitantes;

9.12. Os documentos extraídos via INTERNET terão seus dados conferidos pela Equipe de Apoio perante o site correspondente.

9.13. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

9.14. Se a documentação de habilitação não atender às exigências deste Edital, o Pregoeiro considerará a licitante inabilitada, estando a licitante sujeita às penalidades, quando for o caso;

9.15. A falsa declaração ou a não apresentação da documentação comprobatória quando solicitada, implicará na abertura de processo administrativo e consequente aplicação das sanções cabíveis.

10 – DOS RECURSOS

10.1 Declarada a vencedora, ao final da sessão, qualquer licitante poderá manifestar, motivadamente, no prazo de até 10 (dez) minutos, a intenção de recorrer da decisão do Pregoeiro, com o registro da síntese de suas razões em campo próprio definido pelo Sistema Eletrônico.

10.2. A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que a licitante pretende que sejam revistos pelo Pregoeiro.

10.3. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará na decadência do direito de recurso.

10.4. À licitante que manifestar intenção de interpor recurso será concedido o prazo de 03 (três) dias, para apresentação das razões do mesmo, através de formulário próprio do Sistema Eletrônico, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, se quiserem, através de formulário próprio do Sistema Eletrônico, em igual prazo, cuja contagem terá início no primeiro dia útil subsequente ao do término do prazo da recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

10.5. Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os que forem enviados pelo chat, correios ou entregues pessoalmente.

10.6. O exame e a instrução dos recursos serão realizados pelo Pregoeiro no prazo de até 3 (três) dias úteis, podendo este prazo ser dilatado até o dobro, por motivo justo. O encaminhamento à autoridade superior se dará apenas se o Pregoeiro, justificadamente, não reformar sua decisão. A autoridade competente terá o prazo de até 3 (três) dias úteis para decidir o recurso, podendo este prazo ser dilatado até o dobro, por motivo justo, devidamente comprovado.

10.7. O acolhimento do recurso pelo Pregoeiro ou pela autoridade competente importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.8. A decisão do recurso será postada no site www.comprasnet.go.gov.br.

11 – DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1 Inexistindo manifestação recursal, o Pregoeiro adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor, com a posterior homologação do resultado pela autoridade superior.

11.2 Havendo manifestação recursal, e após decididos os recursos, a autoridade superior adjudicará o objeto ao licitante vencedor e homologará a licitação.

11.3 Homologada a licitação pela autoridade superior, a adjudicatária será convocada a assinar a Ata de Registro de Preços no prazo definido neste Edital.

11.4 A gestão e a fiscalização do fornecimento dos bens, ficará a cargo do Servidor(a), Gestor(a) de Contratos a ser designado, pelo titular desta Pasta por instrumento próprio, conforme Artigo 67 da Lei 8.666/93 e arts. 51 a 54 da Lei estadual nº 17.928/2012.

12 – DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

12.1 Qualquer cidadão ou licitante poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório em até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a realização da sessão pública deste Pregão.

12.2 Caberá ao Pregoeiro responder aos pedidos de esclarecimentos e/ou decidir sobre a impugnação no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da data de recebimento do pedido e/ou da data de recebimento da impugnação.

12.3 Se reconhecida a procedência das impugnações ao instrumento convocatório, a Administração procederá a sua retificação e republicação com devolução dos prazos.

12.4 Os pedidos de impugnação ou esclarecimentos sobre o Edital poderão ser encaminhados via sistema Comprasnet.Go.

12.5 As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnação serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

13 – DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. Homologado o resultado da licitação, o Órgão Gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para, no prazo de **03 (três) dias úteis** a contar da convocação, assinar a Ata de Registro de Preços, que após cumpridos os requisitos de publicidade terá efeito de compromisso nas condições estabelecidas neste Edital. O prazo da convocação poderá ser prorrogado, a critério da Administração, quando solicitado pelo licitante vencedor do certame durante o transcurso do referido prazo, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo órgão Gerenciador.

13.2 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, a contar da data de sua assinatura, não sendo admitida qualquer prorrogação além deste período, em obediência a Lei Estadual nº. 17.928/2012.

13.2.1 Durante seu prazo de validade, as propostas selecionadas no registro de preços ficarão à disposição da Administração, para que se efetuem as contratações nas oportunidades e quantidades necessárias, até o limite estabelecido.

13.3 Como condição para formalização da Ata de Registro de Preços, o licitante vencedor deverá manter as condições de habilitação.

13.4 No caso da recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de preço, fica caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades previstas em lei e neste Edital, exceção feita às licitantes que se negarem a aceitar a assinatura da Ata de Registro de Preço fora da validade de suas propostas.

13.5. A SEEL convocará formalmente a adjudicatária para a assinatura da Ata de Registro de Preço.

13.6. Será incluído, na respectiva ata, na forma de anexo, o registro das licitantes que aceitarem cotar os bens com preços iguais ao da licitante vencedora, observada a sequência da classificação do certame, conforme art. 11, inc. II do Decreto Federal nº 7.892/2013.

13.7 Assinada e publicada a Ata de registro de Preços, a Administração, quando lhe convier, convocará a licitante detentora da Ata para a assinatura de contrato ou instrumento equivalente.

14 - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. Não será permitida a adesão à Ata de Registro de Preços por qualquer outro órgão ou entidade da Administração, como carona.

15 – DOS PREÇOS REGISTRADOS

15.1 Será registrado o valor do licitante vencedor, observando-se o seguinte:

a) O preço registrado e a indicação do respectivo fornecedor serão divulgados em órgão oficial do Estado e ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

b) Os órgãos participantes do Registro de Preços deverão, quando da necessidade da contratação, recorrer ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços, para que este proceda à indicação do fornecedor e respectivos preços a serem praticados.

c) Ao preço do primeiro colocado poderão ser registrados tantos fornecedores quantos necessários para que, em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o item.

15.2 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que comprovada previamente a vantagem técnico-econômica. Assegura-se ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em caso de igualdade de condições, dentro dos limites previstos, do prazo de validade estabelecido e das condições da proposta, tantas vezes quantas necessitar a Administração.

16 – DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1 A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, mediante justificativa da autoridade competente, **exceto quanto aos acréscimos de quantitativos**, obedecidas as disposições da lei federal de licitações, quanto às alterações contratuais.

16.2 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

16.3 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao valor praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

- a) convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;
- c) convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

16.4 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, em razão desse fato comprovar a sua impossibilidade de cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

- a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;
- b) convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

16.5 Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

17 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

17.1 A Proponente terá o seu registro de preço cancelado pela SEEL quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) estiverem presentes razões de interesse público devidamente justificadas;
- e) por inidoneidade superveniente ou comportamento irregular do beneficiário, ou, ainda, no caso de substancial alteração das condições do mercado.

17.2 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas no **item 17.1** acima, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

17.3 O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço, por intermédio de processo administrativo específico, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

17.4 A Ata de Registro de Preço, decorrente desta licitação, será cancelada automaticamente:

- a) por decurso de prazo de vigência;
- b) quando não restarem fornecedores registrados;
- c) inexistência de saldo remanescente.

18- DO CADASTRO NO SEI - SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO

18.1. **Para fins de assinatura da Ata de Registro de Preços e dos contratos dela decorrentes, será obrigatório o cadastro de usuário externo no Sistema Eletrônico de Informações – SEI**, conforme a Instrução Normativa nº 008/2017-SEGPLAN.

18.2. O usuário a ser cadastrado será aquele que assinará a Ata de Registro de Preços e os Contratos, e portanto, deverá possuir poderes de representação para tal fim.

18.3. Para se cadastrar, o “usuário externo” deverá acessar o sítio sei.goias.gov.br/como_se_cadastrar e seguir todas as orientações ali dispostas.

18.4. A gestão do Sistema Eletrônico de Informações é realizada pela Secretaria de Estado de Administração – SEAD. Maiores informações quanto ao cadastro poderão ser obtidas nos telefones (62) 3201-5723/5727 ou e-mail sei@goias.gov.br.

19 – DAS CONDIÇÕES PARA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

19.1 Homologada a licitação, o licitante vencedor será convocado para, no prazo de 03 (três) dias a partir da notificação, assinar a Ata de Registro de Preços, podendo este prazo ser prorrogado, a critério da Administração, desde que ocorra motivo justificado.

19.2 Como condição para formalização da Ata de Registro de Preços, o licitante vencedor deverá manter as condições de habilitação.

19.3 A recusa injustificada da adjudicatária, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades previstas em lei, exceção feita ao licitante que se negar a aceitar a contratação, fora da validade de suas propostas.

19.4 Se o licitante vencedor não celebrar a Ata de Registro de Preços ou não apresentar situação regular, é facultado à Administração examinar e verificar a aceitabilidade das propostas subsequentes, na ordem de classificação, procedendo ao registro de preços, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Edital.

19.5 Quando da contratação com autor de proposta subsequente àquela melhor classificada, deverá a Administração negociar o valor, procurando aproximá-lo daquele ofertado inicialmente.

20 – DO PAGAMENTO E SANÇÕES

20.1 Os pagamentos serão efetivados por meio de crédito em conta corrente em qualquer instituição financeira em que a Contratada seja correntista, nos termos da Lei Estadual nº 21.434 de 31 de maio de 2022, mediante emissão de ordem bancária em até 30 (trinta) dias, contados da data da apresentação da respectiva nota fiscal/fatura, acompanhada dos demais documentos necessários à comprovação do cumprimento das suas obrigações fiscais, trabalhista e previdenciárias, observada a ordem cronológica de pagamento a que se refere o Decreto Estadual nº 9.561/2019.

20.1.1 A nota fiscal deverá ser emitida pela CONTRATADA até o 5º dia útil do mês subsequente ao da realização dos serviços.

20.2 A CONTRATADA deverá apresentar mensalmente a nota fiscal/fatura, acompanhada dos seguintes documentos, relativos aos empregados utilizados na execução do objeto contratual, sem o que não serão liberados os pagamentos:

20.2.1 Certidão conjunta negativa de débitos relativos a tributos federais e à Dívida Ativa da União;

20.2.2 Certidão negativa de débitos junto às Fazendas Estadual ou Distrital e Municipal do domicílio sede da CONTRATADA;

20.2.3 Certidão negativa de débitos relativos às contribuições previdenciárias e as de terceiros (CND);

20.2.4 Certidão de regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS/CRF);

20.2.5 Certidão negativa de débitos trabalhistas, conforme exigido pela Lei nº 12.440/2011.

20.3 Nenhum pagamento será efetuado ao licitante vencedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

20.4 A remuneração da empresa vencedora será resultante do somatório do quantitativo efetivamente fornecido, da aplicação do menor preço no período de referência.

20.5 Estarão incluídos no valor total do pagamento todos os tributos, salários, encargos sociais, trabalhistas e fiscais e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto, bem como todo o investimento necessário à implantação do referido objeto.

20.6 Ocorrendo atraso no pagamento em que a contratada não tenha de alguma forma para tal concorrido, ela fará jus à compensação financeira devida, desde que a data limite fixada para pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios pelo atraso no pagamento serão calculados pela seguinte fórmula:

EM = N x Vp x (I / 365) onde:

EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;

N = Números de dias em atraso, contados da data limite fixada para pagamento e a data do efetivo pagamento;

Vp = Valor da parcela em atraso;

I = IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE)/100.

20.7 Na hipótese da empresa dar causa à retenção de pagamento, nos termos deste item, por 2 (dois) meses consecutivos e/ou 4 (quatro) alternados, no período do contrato, sem motivo comprovadamente demonstrado e aceito pela Administração, o contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração, nos termos do art. 79, da Lei 8.666/93.

20.8 O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS, ensejarão o pagamento em juízo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções cabíveis.

20.9 Qualquer atraso ocorrido na apresentação da fatura ou nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do CONTRATANTE, não gerando qualquer tipo de direito à CONTRATADA.

20.10 Eventuais acertos de acréscimos ou supressões serão efetuados no faturamento do mês subsequente.

20.11 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

20.12 A CONTRATANTE fica obrigada a fazer as retenções legais.

20.13 A fatura não aceita pela CONTRATANTE será devolvida à CONTRATADA para as devidas correções, com as informações que motivaram sua rejeição.

20.14 A CONTRATANTE, além das hipóteses previstas nesta Cláusula, poderá ainda sustar o pagamento de qualquer fatura apresentada pela CONTRATADA, no todo ou em parte, nos seguintes casos:

20.14.1 Descumprimento parcial ou total do contrato;

20.14.2 Débito da CONTRATADA com a CONTRATANTE, proveniente da execução do contrato decorrente desta licitação;

20.14.3 Não cumprimento de obrigação contratual, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a CONTRATADA atenda à cláusula infringida;

20.14.4 Obrigações da CONTRATADA com terceiros que, eventualmente, possam prejudicar a CONTRATANTE;

20.14.5 Paralisação dos fornecimentos por culpa da CONTRATADA;

20.14.6 O atraso no pagamento em que a CONTRATADA tiver dado causa não a autoriza suspender a execução do objeto.

20.15 Será aplicável multa sobre o valor total da contratação, cumulativamente ou não com outras sanções, na forma do **item 23**, desde que garantidos o contraditório e a ampla defesa.

20.16 Para efeito de emissão da Nota Fiscal o número do CNPJ da SEEL é nº 32.712.376/0001-15.

21 – DO REAJUSTE

21.1 Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis.

21.2 Durante a vigência do contrato:

21.2.1 O preço ora definido é fixo e irrevogável pelo período de 1 (um) ano, contados da data limite para apresentação da proposta comercial.

21.2.2 É facultado o reajuste em sentido estrito, a pedido da contratada, contemplando a variação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), após 12 (doze) meses a partir da data limite para apresentação da proposta comercial, no prazo de 60 dias, sob pena de o silêncio ser interpretado como renúncia presumida.

21.2.3 O requerimento a que se refere o item anterior prescinde da indicação dos índices de variação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) no período, tendo em vista o lapso temporal observado em sua divulgação.

21.2.4 O preço eventualmente reajustado somente será praticado após a vigência do aditamento ou apostilamento contratual e contemplará a variação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) durante 12 (doze) meses, a partir da data limite para apresentação da proposta comercial.

21.2.5 Os reajustes sucessivos terão por base o termo final do período contemplado pelo reajuste anterior.

21.2.6 O Contratado só fará jus a qualquer reajuste na constância da vigência contratual.

21.2.7 Haverá preclusão lógica do direito ao reajustamento nos casos em que a contratada firmar termo aditivo de dilação de prazo de vigência, com a manutenção dos preços praticados e sem a expressa reserva do direito, quando já houver decorrido o período anual referente ao reajustamento e mesmo que ainda não consumado o prazo de 60 (sessenta) dias previsto no **item 21.2.2**

21.2.8 Havendo interesse das partes contratantes em prorrogar o contrato, a empresa contratada deverá pleitear o reajuste dos preços até a data anterior à efetivação da prorrogação contratual, sob pena de, não o fazendo tempestivamente, ocorrer a preclusão do seu direito, seguindo o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo);

21.2.9 Será assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial, na hipótese de sobrevir fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, de acordo com o art. 65, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 8.666/1993.

22 – DOS RECURSOS FINANCEIROS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

22.1 As despesas decorrentes da contratação do objeto correrão à conta dos recursos consignados no orçamento da SEEL, para os exercícios alcançados pelo prazo de validade da Ata de Registro de Preços, a cargo do contratante, cujos programas de trabalho e elementos de despesas específicos constarão da respectiva Nota de Empenho.

23 – DAS PENALIDADES

23.1 O (s) licitante (s) vencedor (es), nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002 e art. 50 do Decreto nº 9.666/2020, garantido o direito prévio à citação e a ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, e será descredenciado do CADFOR, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital, no contrato e nas demais cominações legais, se cometer uma ou mais das seguintes faltas:

- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) não entregar a documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não manter a proposta;
- f) falhar na execução do contrato;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) declarar informações falsas;
- j) cometer fraude fiscal.

23.2 A inexecução contratual, o descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas, inclusive por atraso injustificado na execução do CONTRATO ou instrumento equivalente ou quanto aos encargos e obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, sujeitará a CONTRATADA, além das cominações legais cabíveis, à multa de mora, graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

- a) 10% sobre o valor do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no caso de recusa do adjudicatário em firmar o contrato, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;
- b) 0,3% ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte de fornecimento não realizado;
- c) 0,7% sobre o valor da parte do Fornecimento não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.

23.3 As penalidades serão obrigatoriamente registradas junto ao CADFOR.

23.4 As sanções descritas no **item 23.1** deste artigo também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

23.5 Antes da aplicação de qualquer penalidade será garantido à contratada o direito ao contraditório e à ampla defesa, dentro de processo administrativo devidamente instruído pelo gestor do contrato.

23.6 A multa poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

23.7 Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente;

23.8. Em razão do descumprimento da empreiteira CONTRATADA da exigência prevista na Lei Estadual Nº 20.489/19, que cria o Programa de Integridade a ser aplicado nas Empresas que contratarem com a Administração Pública do Estado de Goiás, e dá outras providências, será aplicada multa de 0,1% (um décimo por cento), por dia, incidente sobre o valor atualizado do contrato:

23.8.1. O montante correspondente à soma dos valores básicos da multa moratória será limitado a 10% (dez por cento) do valor do contrato;

23.8.2. O cumprimento da exigência estabelecida nesta Lei, mediante atestado da autoridade pública da existência e aplicação do Programa de Integridade, fará cessar a aplicação da multa;

23.8.3. O cumprimento extemporâneo da exigência da implantação não implicará indébito da multa aplicada;

23.8.4. A multa definida não exclui a incidência e a exigibilidade do cumprimento das obrigações fiscais no âmbito do Estado de Goiás.

24 - DA SUBCONTRATAÇÃO

24.1 É vedada a subcontratação e/ou sub-rogação do objeto relacionado neste Edital e seus anexos.

25 - DA GARANTIA CONTRATUAL

25.1 Para segurança do cumprimento das obrigações contratuais, a CONTRATADA prestará garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da assinatura do contrato, cabendo-lhe optar por uma das modalidades previstas no art. 56, §1º, da Lei nº 8.666/93. qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento das seguintes ocorrências:

25.1.1 Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

25.1.2 Prejuízos causados à Administração ou a terceiros, decorrente de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

25.1.3 Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA;

25.1.4 Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA.

25.2 A garantia deverá vigorar por mais 3 (três) meses, após o término da vigência do instrumento contratual.

25.3 A garantia prestada pela CONTRATADA será restituída automaticamente ou por solicitação, somente quando comprovados:

25.3.1 Integral cumprimento de todas as obrigações contratuais;

25.3.2 Recolhimento de multas punitivas, se for o caso;

25.3.3 Pagamento das obrigações trabalhistas, inclusive verbas rescisórias, bem como dos encargos previdenciários e do FGTS, decorrentes da contratação;

25.3.4 Satisfação de prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, em virtude da execução do objeto do Contrato.

25.4 A garantia oferecida na modalidade fiança bancária, deverá:

25.4.1 Ser concedida nos termos e condições autorizadas pelo Banco Central do Brasil;

25.4.2 Ser concedida pelo valor integral exigido para a fiança;

25.4.3 Conter renúncia expressa ao benefício de ordem;

25.4.4 Estabelecer prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para cumprimento;

25.4.5 Ser irretirável, salvo no caso de substituição por outra modalidade de fiança, nos termos do art. 56 da Lei 8.666/1993, previamente aprovado pelo CONTRATANTE.

25.5 Na modalidade de garantia por títulos da dívida pública, estes deverão ter valor de mercado compatível com o valor a ser garantido, preferencialmente em consonância com as espécies recomendadas pelo Governo Federal, como aquelas previstas no art. 2º, da Lei nº 10.179/2001.

25.6 A garantia oferecida na modalidade caução em dinheiro, deverá ser depositada nominalmente à CONTRATANTE, em instituição bancária informada previamente, para os fins específicos a que se destine, sendo o recibo de depósito o único meio hábil de comprovação desta exigência.

25.7 A garantia oferecida na modalidade de seguro-garantia, deverá constar expressamente da apólice, a cobertura de eventuais demandas trabalhistas e previdenciárias nas quais a CONTRATANTE responda solidariamente ou subsidiariamente com a CONTRATADA.

25.8 A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação e, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia poderá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela Administração ou por meio da Justiça do Trabalho.

26 – DA CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO

26.1 As controvérsias eventualmente surgidas quanto à formalização, execução ou encerramento do ajuste decorrentes desta licitação serão submetidas à tentativa de conciliação ou mediação no âmbito da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Administração Estadual (CCMA), na forma da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 e da Lei Complementar Estadual nº 144, de 24 de julho de 2018.

26.2 Os conflitos que possam surgir relativamente ao ajuste decorrente desta licitação, acaso não puderem ser equacionados de forma amigável, serão, no tocante aos direitos patrimoniais disponíveis, submetidos à arbitragem, na forma da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 e da Lei Complementar Estadual nº 144, de 24 de julho de 2018, elegendo-se desde já para o seu julgamento a CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA), outorgando a esta os poderes para indicar os árbitros e renunciando expressamente à jurisdição e tutela do Poder Judiciário para julgamento desses conflitos, consoante instrumento anexo ao contrato.

27 – DA OBRIGATORIEDADE DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE OU COMPLIANCE

27.1 A empresa adjudicatária deverá, como condição para assinatura do Contrato, apresentar declaração informando a existência de Programa de Integridade ou *Compliance* implantado, conforme as condições estabelecidas na [Lei Estadual nº 20.489/2019](#) e [Decreto Federal nº 9.412/2018](#).

27.2 O Programa de Integridade consiste, no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria, controle e incentivo à denúncia de irregularidade e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública do Estado de Goiás.

27.2.1 O Programa de Integridade deve ser estruturado, aplicado e atualizado de acordo com as características e riscos atuais das atividades de cada pessoa jurídica, a qual, por sua vez, deve garantir o constante aprimoramento e adaptação do referido programa, visando garantir a sua efetividade.

27.3 O Programa de Integridade será avaliado, quanto a sua existência e aplicação, de acordo com os seguintes parâmetros:

I - padrões de conduta, código de ética, políticas e procedimentos de integridade, aplicáveis a todos os empregados e administradores, independente de cargo ou função exercidos

II - treinamentos periódicos sobre Programa de Integridade

III - análise periódica de riscos para realização e adaptações necessárias ao Programa de Integridade;

IV - registros contábeis que reflitam de forma completa e precisa as transações da pessoa jurídica;

V - controles internos que assegurem a pronta elaboração e confiabilidade de relatórios e demonstrações financeiras de pessoa jurídica;

VI - procedimentos específicos para prevenir fraudes e ilícitos no âmbito de processos licitatórios, na execução de contratos administrativos ou em qualquer interação com o setor público, ainda que intermediada por terceiros, tal como o pagamento de tributos, sujeição a fiscalizações, ou obtenção de autorizações, licenças, permissões e certidões;

VII - independência, estrutura e autoridade da instância responsável pela aplicação do Programa de Integridade e fiscalização de seu cumprimento;

VIII - canais de denúncia de irresponsabilidades, abertos e amplamente divulgados a funcionários e terceiros, e de mecanismos destinados à proteção de denunciante de boa-fé;

IX - medidas disciplinares em caso de violação do Programa de Integridade;

X - procedimentos que assegurem a pronta interrupção de irregularidade ou infração detectadas e a tempestiva remediação dos danos gerados;

XI - ações comprovadas de promoção da cultura ética e de integridade por meio de palestras, seminários, workshops, debates e eventos da mesma natureza.

27.4 Para que o Programa de Integridade seja avaliado, a pessoa jurídica deverá apresentar relatório do perfil e relatório de conformidade do Programa ao poder público.

27.4.1 A pessoa jurídica deverá expor suas alegações, devendo zelar pela completude, clareza e organização das informações prestadas.

27.4.2 A comprovação deve abranger documentos oficiais, correios eletrônicos, cartas, declarações, correspondências, memorandos, atas de reunião, relatórios, manuais, imagens capturadas da tela do computador, gravações audiovisuais e sonoras, fotografias, ordem de compra, notas fiscais, registros contábeis ou outros documentos, preferencialmente em meio digital.

27.4.3 A autoridade responsável poderá realizar entrevistas e solicitar novos documentos para fins de avaliação de que trata o item 27.4.

27.5 O Programa de Integridade meramente formal e que se mostre absolutamente ineficaz para mitigar o risco de ocorrência de atos lesivos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, não será considerado para fim de cumprimento da Lei Estadual nº

20.489/2019.

27.6 Pelo descumprimento das condições e requisitos do Programa de Integridade estabelecidos na Lei Estadual nº 20.489/2019, a administração pública do Estado de Goiás, em cada esfera do Poder, aplicará à empresa a multa prevista no **item 23.2** deste Edital.

28 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

28.1 Este Edital deverá ser lido e interpretado na íntegra. Após o registro da proposta no sistema eletrônico, não serão aceitas alegações de desconhecimento.

28.2 A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, conforme determinação do Art. 51 do Decreto Estadual nº 9.666/2020.

28.3 O registro de Preços poderá ser cancelado, por inidoneidade superveniente ou comportamento irregular do beneficiário, ou, ainda, no caso de substancial alteração das condições do mercado, conforme determinação do Art. 20 do Decreto Federal nº 7.892/2013.

28.4 Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

28.5 Na contagem dos prazos previstos neste Edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, considerando-se os dias consecutivos exceto quando houver disposição em contrário. Somente se iniciam e vencem os prazos em dia de expediente regular e integral na SEEL.

28.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e segurança da contratação.

28.7 As informações e/ou esclarecimentos serão prestados pelo Pregoeiro através do site www.comprasnet.go.gov.br, ficando todos os licitantes obrigados a acessá-los para obtenção das informações prestadas pelo Pregoeiro.

28.8 Caberá também ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública deste Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

28.9 Havendo divergências entre a descrição do objeto constante neste Edital e a descrição do objeto constante nos sites www.comprasnet.go.gov.br e www.esporte.go.gov.br e nota empenho, prevalecerá, sempre, a descrição deste Edital.

28.10 Em qualquer fase da licitação, o Pregoeiro poderá promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, bem como sanear os erros de pequena relevância, mediante ato devidamente motivado.

28.11 Para os documentos emitidos sem data de validade expressa serão considerados um prazo de validade de 60 (sessenta) dias.

28.12 Para dirimir as questões relativas ao presente Edital elege-se como foro competente o de Goiânia – GO, com exclusão de qualquer outro.

29 – DOS ANEXOS

29.1 Constituem Anexos do Edital e dele fazem parte integrante:

ANEXO I – Termo de Referência

ANEXO II – Minuta da Ata

ANEXO III- Modelo de proposta comercial

ANEXO IV – Minuta do Contrato

ANEXO V - Da Conciliação

Patrícia de Castro Cavalcante

Pregoeira

Henderson de Paula Rodrigues
Secretário de Estado de Esporte e Lazer

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Realização de registro de preços visando a contratação de empresa(s) especializada(s) em fornecimento de materiais esportivos, premiações e materiais personalizados para atender as demandas dos eventos apoiados pelo Governo de Goiás, bem como apoiar as entidades por meio de doações, de acordo com as condições e especificações contidas neste Termo de Referência.

- **INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

- **DA DIVISÃO DO OBJETO EM LOTES:** O objeto foi dividido em lotes vislumbrando o ganho em escala a Administração Pública, a qual, respeitando as particularidades de cada objeto/serviço, se torna mais atrativo para uma maior quantidade de empresas participarem, que gera a competitividade e a economicidade, nos termos da Súmula nº. 247 do TCU.
- **DA PRECIFICAÇÃO:** A pesquisa de preços foi realizada conforme os métodos e justificativas contidas nos documentos SEI nº 000037461833 e 000037462837. Seguindo a tendência de desburocratização, o Poder Executivo do Estado de Goiás publicou, no dia 07 de julho de 2021, o Decreto 9.900, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública estadual direta, autárquica e fundacional.
- **DA ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS:** Conforme explanado no Estudo Técnico Preliminar, este Órgão irá utilizar o SRP, considerando que os serviços aqui discriminados ocorrem por demandas, o que gera uma imprevisibilidade, desta forma, a fim de se evitar fracionamentos de contratações futuras, já se faz essa contratação para atendimento geral e total das solicitações.

2. DAS JUSTIFICATIVAS

2.1 DA JUSTIFICATIVA DA PRESENTE CONTRATAÇÃO

Esta contratação tem por objetivo o fomento esportivo aos eventos em Goiás, através de apoio a aqueles realizados por entidades, bem como realizados pelo Governo a qual demandarão materiais esportivos, premiações e demais materiais personalizados, propiciando uma maior participação da população goiana e a promoção de entretenimento.

Informa-se que o presente Termo de Referência é resultado no Estudo Técnico Preliminar acostado aos autos, onde, consta de forma explícita a justificativa e o objetivo do presente Registro de Preços.

2.2. DA JUSTIFICATIVA PARA A VEDAÇÃO DE CONSÓRCIOS

Insta salientar que a vedação de para a participação de consórcios de empresas, não gera à invalidação do presente certame, considerando que a própria lei confere tal decisão de forma discricionária à Administração, sem violar o caráter competitivo do procedimento licitatório, nos termos do art. 33 da Lei Geral de Licitações e Contratos.

Essa decisão é resultado de um processo de avaliação da realidade do mercado em razão do OBJETO a ser licitado e ponderação dos riscos inerentes à atuação de uma pluralidade de sujeitos associados para a execução do OBJETO visando ao atendimento ao interesse público.

A respeito da participação de consórcios, a jurisprudência do TCU tem assentado que **fica a cargo da discricionariedade do gestor a decisão de admitir ou não a participação de empresas organizadas em consórcio na licitação:**

“Ademais, a participação de consórcios em torneio licitatório não garante aumento de competitividade, consoante arestos do Relatório e Voto que impulsionaram o Acórdão nº 2.813/2004 – 1ª Câmara (...) O Art. 33 da Lei de Licitações expressamente atribui à Administração a prerrogativa de admitir a participação de consórcios. Está, portanto, no âmbito da discricionariedade da Administração. Isto porque, a nosso ver, a formação de consórcio pode tanto se prestar a fomentar a concorrência (consórcio de empresas menores ou, de outra forma, não participariam do certame), quanto a cerceá-la (associação de empresas que, caso contrário, concorreriam entre si). Com os exemplos fornecidos pelo BACEN, vemos que é a prática comum a não aceitação de consórcios.” (Acórdão nº1.946/2006 – Plenário – TCU – rel. Min. Marcos Bemquerer).

“A aceitação de consórcios na disputa licitatória situa-se no âmbito do poder discricionário da administração CONTRATANTE, conforme o Art. 33, caput, da Lei nº 8.666/93, requerendo-se, porém, que a sua opção seja sempre justificada.” (Acórdão nº

566/2006 – Plenário – TCU – rel. Min. Marcus Vinícius Vilaça)."

Portanto, considerando que dentro dos serviços aqui necessários e com base em contratações realizadas anteriormente pelo órgão, existem diversas empresas com a capacidade para a execução das presentes demandas, **portanto decidiu-se por não permitir a participação de consórcios de empresas.** Fato esse que por si só, não é restritivo de competitividade.

3. PLANILHA ESTIMATIVA DE QUANTITATIVO, CUSTO ESTIMADO:

3.1. O objeto licitado deverá atender às seguintes estimativas, especificações e quantidades constantes neste termo de referência e seus anexos:

LOTE 01					
Item	Descritivo	Quant.	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	Troféu Personalizado grande	3.000	UNID.	R\$ 87,33	R\$ 261.990,00
2	Troféu personalizado médio	3.000	UNID.	R\$ 55,16	R\$ 165.480,00
3	Medalhas Personalizadas 9 cm	30.000	UNID.	R\$ 27,10	R\$ 813.000,00
TOTAL LOTE 01					R\$ 1.240.470,00

LOTE 02					
Item	Descritivo	Quant.	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	Placas para homenagem	500	UNID.	R\$ 104,67	R\$ 52.335,00
TOTAL LOTE 02					R\$ 52.335,00

LOTE 03					
Item	Descritivo	Quant.	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	Jogo de uniforme completo	5.000	JG.	R\$ 1.007,00	R\$ 5.035.000,00
2	Jogo de coletes esportivos	2.000	JG.	R\$ 343,63	R\$ 687.260,00
3	Camisetas personalizadas	5.000	UNID.	R\$ 32,40	R\$ 162.000,00
4	Conjunto de agasalho	2.000	UNID.	R\$ 136,19	R\$ 272.380,00
5	Bandeiras personalizadas	500	UNID.	R\$ 153,29	R\$ 76.645,00
TOTAL LOTE 03					R\$ 6.233.285,00

LOTE 04					
DISPUTA GERAL					
Item	Descritivo	Quant.	Unid.	Valor Unitário	Valor Total

1	Bola para futebol de campo	3.750	UNID.	R\$ 83,45	R\$ 312.937,50
2	Bola para futebol society	1.500	UNID.	R\$ 92,41	R\$ 138.615,00
TOTAL LOTE 04					R\$ 451.552,50

LOTE 05 (RESERVA DE COTA 25%)					
Item	Descritivo	Quant.	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	Bola para futebol de campo	1.250	UNID.	R\$ 83,45	R\$ 104.312,50
2	Bola para futebol society	500	UNID.	R\$ 92,41	R\$ 46.205,00
TOTAL LOTE 05					R\$ 150.517,50

LOTE 06 (DISPUTA GERAL)					
Item	Descritivo	Quant.	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	Bola para voleibol	1.500	UNID.	R\$ 139,53	R\$ 209.295,00
2	Bola para basquetebol	1.500	UNID.	R\$ 112,95	R\$ 169.425,00
3	Bola para handebol	750	UNID.	R\$ 106,48	R\$ 79.860,00
TOTAL LOTE 06					R\$ 458.580,00

LOTE 07 (RESERVA DE COTA 25%)					
Item	Descritivo	Quant.	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	Bola para voleibol	500	UNID.	R\$ 139,53	R\$ 69.765,00
2	Bola para basquetebol	500	UNID.	R\$ 112,95	R\$ 56.475,00
3	Bola para handebol	250	UNID.	R\$ 106,48	R\$ 26.620,00

TOTAL LOTE 07					R\$ 152.860,00
----------------------	--	--	--	--	-----------------------

LOTE 08 (DISPUTA GERAL)					
Item	Descritivo	Quant.	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	Rede para futebol de campo	750	PAR	R\$ 430,67	R\$ 323.002,50
2	Rede para futebol society	750	PAR	R\$ 266,75	R\$ 200.062,50
3	Rede para voleibol	750	UNID.	R\$ 130,13	R\$ 97.597,50
TOTAL LOTE 08					R\$ 620.662,50

LOTE 09 (RESERVA DE COTA 25%)					
Item	Descritivo	Quant.	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	Rede para futebol de campo	250	PAR	R\$ 430,67	R\$ 107.667,50
2	Rede para futebol society	250	PAR	R\$ 266,75	R\$ 66.687,50
3	Rede para voleibol	250	UNID.	R\$ 130,13	R\$ 32.532,50
TOTAL LOTE 09					R\$ 206.887,50

LOTE 10 (DISPUTA GERAL)					
Item	Descritivo	Quant.	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	Rede para basquetebol	750	PAR	R\$ 62,06	R\$ 46.545,00
2	Rede para handebol	375	PAR	R\$ 209,97	R\$ 78.738,75
3	Rede para futvôlei	150	UNID.	R\$ 255,13	R\$ 38.269,50
4	Rede para beachtenis	150	UNID.	R\$ 244,00	R\$ 36.600,00
TOTAL LOTE 10					R\$ 200.153,25

LOTE 11 (RESERVA DE COTA 25%)					
Item	Descritivo	Quant.	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	Rede para basquetebol	250	PAR	R\$ 62,06	R\$ 15.515,00
2	Rede para handebol	125	PAR	R\$ 209,97	R\$ 26.246,25
3	Rede para futvôlei	50	UNID.	R\$ 255,13	R\$ 12.756,50
4	Rede para beachtenis	50	UNID.	R\$ 244,00	R\$ 12.200,00
TOTAL LOTE 11					R\$ 66.717,75

3.2. O valor total para esta aquisição é de **R\$9.834.021,00** (nove milhões oitocentos e trinta e quatro mil e vinte e um reais) conforme planilha anexa;

3.3. Os lotes 01 e 03 não poderão ter cotas destinadas conforme preceitos da LC 123, visto se tratar de itens personalizados, o que poderia ocorrer a entrega de objetos com cores diferentes e materiais destoantes um do outro.

4. ESPECIFICAÇÃO

4.1. A empresa vencedora se responsabilizará pela qualidade do objeto ofertado, assim como pela adequação destes às exigências do instrumento convocatório.

4.2. Os objetos contratados no presente certame, deverão seguir as normas de qualidade e que atenda às exigências deste Termo de Referência, conforme descrito no item 4.4.

4.3. Os materiais solicitados serão objeto de vistoria no ato da entrega, sendo verificado se todas as especificações estão de acordo com as descritas neste Termo. Caso qualquer uma das especificações não seja cumprida, a CONTRATANTE poderá rejeitar a entrega do objeto e solicitar a sua substituição.

4.3.1 Os objetos deverão estar em bom estado de conservação, sem amassados, arranhões, defeito ou ausência de alguma peça/equipamento, íntegros e em perfeito estado.

4.3.2. Não será permitido o uso de qualquer letreiro, marca ou logotipo que identifique a empresa CONTRATADA.

4.3.3. Os materiais a ser entregues pela CONTRATADA à CONTRATANTE, deverão estar limpos e higienizados.

4.3.4. Será de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA o pagamento de todas as taxas e impostos referentes aos materiais para confecção dos materiais esportivos, premiações e materiais personalizados.

4.4. Os itens, objeto deste Termo de Referência, são compostos pelos seguintes objetos e especificações:

4.4.1. Troféus 40 cm: Troféu personalizado com Base tripla em MDF com textura madeirado recortado à laser, medidas da maior para menor 17x11cm, 15x10 por 15mm e última medido 13x9cm com 6mm, Coluna de 40 cm em MDF, Metal Inox e polímero com textura madeirado recortado à laser, Etiqueta em vinil com impressão digital, artes serão enviados posteriormente a empresa contratada.

4.4.2. Troféus 25 cm: Troféu personalizado com Base tripla em MDF com textura madeirado recortado à laser, medidas da maior para menor 17x11cm, 15x10 por 15mm e última medido 13x9cm com 6mm, Coluna de 25 cm em MDF, Metal Inox e polímero com textura madeirado recortado à laser, Etiqueta em vinil com impressão digital, artes serão enviados posteriormente a empresa contratada.

4.4.3. Medalhas personalizadas: Medalhas personalizadas fundidas em liga metálica, com acabamento de superfície nos banhos: dourado, prata e bronze. Medidas: 9cm de diâmetro, espessura de 5mm e peso aproximado de 200g. Arte gravada no metal em alto e baixo relevo sem pintura. Fita sublimada com logo da CONTRATANTE impressa nos dois lados, com 80cm de comprimento por 2,5cm de largura.

4.4.3.1. Medalhas na cor ouro: serão confeccionados um total de 10.000 (dez mil) medalhas desta cor;

4.4.3.2. Medalhas na cor prata: serão confeccionados um total de 10.000 (dez mil) medalhas desta cor;

4.4.3.3. Medalhas na cor bronze: serão confeccionados um total de 10.000 (dez mil) medalhas desta cor;

4.4.4. Placas para homenagem: placa com medida 10 cm x 15 cm confeccionada em aço inox escovado com gravação baixo relevo, pintura colorida ou preta, estojo com revestimento aveludado, com berço retrátil conforme solicitação da CONTRATANTE.

4.4.5. Jogos de uniforme completos: contendo 18 camisas, 18 calções e 18 meias, sendo 16 uniformes para jogadores de linha e 02 para goleiro, contendo o Brasão do Estado de Goiás e o escudo da equipe local em pet bordado;

Camisa Tecidos: DRY500 + DRY Connection, Modelagem Max, Gola Especial Y, Artes em 100% Sublimação Digital, Recorte Lateral e Ombro Air Max.

Calção Tecido DRY-TEX, Recorte lateral Dry Cooler, Cadarço de regulagem infinita.

Meião punho duplo, 5 fios, anatômico. Contendo o Brasão do Estado de Goiás.

Tamanho: G adulto.

4.4.6. Bolas de futebol de campo: Peso: 410 – 450g; Circunferência: 68 – 70 cm; Gomos: 14; Laminado: PU; Sistema de Forro: Termofixo; Camada interna: Neogel; Processo extra: Dupla colagem.

4.4.7. Bolas de futebol Society: confeccionada em P.U. (Poliuretanium). Medidas: 67 - 69,5 cm, 420 - 450 g, com 6 Gomos termo-soldados confeccionada através da Tecnologia de termofusão destes gomos, Miolo Removível e Lubrificado.

4.4.8. Bolas de voleibol: Bola oficial de vôlei, com 18 gomos, confeccionada em microfibras. Diâmetro: 65-67 cm, Peso: 260-280 g, Câmara de butil, Matrizada, Miolo removível e lubrificado.

4.4.9. Bolas de basquetebol: Bola oficial de basquete com câmara de butil; matrizada; acabamento microfibras; miolo removível e lubrificado. Diâmetro: 75 – 78 cm; peso: 600 – 650 g.

4.4.10. Bolas de handebol: Contendo Peso: 425 – 475g, Circunferência 58 – 60 Cm, 32 Gomos, Laminada Em PU Pro, Costurada a mão, Câmara 6d, Sistema De Forro Triaxial, Camada Interna em Evacel E Miolo Cápsula Sis.

4.4.11. Rede para futebol de campo: Confeccionado em nylon, com fio 4MM trançado, malha 12x12 CM, aproximadamente 7,50 metros de largura x 2,50 metros de altura x 2,00 metros de profundidade.

4.4.12. Rede para futebol Society: Rede de futebol society, tamanho oficial - Dimensões: 5,20m na largura, 2,30m de altura, 0,50m de recuo superior e 1,80m de recuo inferior; fio 4 mm em seda (100% polipropileno), com tratamento UV (ultravioleta) com certificado oficial da marca que atende as especificações.

4.4.13. Rede para voleibol: fio 4 mm confeccionada em seda (100% polipropileno), tamanho oficial - 9,50 metros x 1,00 metros, 4 faixas de algodão de alta resistência com tratamento UV (ultravioleta) com certificado oficial da marca que atende as especificações.

4.4.14. Rede para basquetebol: fio de seda, cor branca, medidas de no mínimo 0,40m e no máximo 0,45m de comprimento e diâmetro de 45cm, fio 6mm.

4.4.15. Rede para handebol: tamanho oficial, fio 8 mm em seda (100% polipropileno), com tratamento UV (ultravioleta) com certificado oficial da marca que atende as especificações.

4.4.16. Rede para futevôlei: tamanho oficial (9,50 metros de comprimento e 1,00 metro de altura), proteção UV, fio 2mm em polietileno.

4.4.17. Rede para beachtenis: Tamanho oficial, em polietileno com tratamento UV, fio de 1,8mm de espessura.

4.4.18. Jogos de coletes esportivos (15 unidades): numerados para práticas esportivas em tecido 100% Poliéster dry, fio 75/144 com aplicação de hidrófilo, gramatura 130g, com estampa total em transfer digitalizada em sublimação com a Logomarca do Estado de Goiás, e o escudo da equipe local em Pet bordado, tipo dupla face, medindo: 40x60 cm (LxA), gola tipo careca, manga tipo regata

4.4.19. Camisetas personalizadas: confeccionada em tecido DRY500 + DRY Connection, Modelagem Max, Gola Especial Y, Artes em 100%Sublimação Digital, Recorte Lateral e Ombro Air Max. em cores variadas com arremate na mesma cor; manga curta da mesma cor, com a estampa em "100% sublimação" frente e costas. Arte fornecida posteriormente pela contratante.

4.4.20. Conjunto de agasalho: Conjunto de agasalho esportivo tipo corta vento, parte externa em moletom 360G/M², forro interno em toda extensão com tecido microfibra +/- 120G/M² com ribana na cintura e manga tipo raglan, sublimação total, com abertura frontal em zíper e bolsos. Calça comprida cintura com elástico em toda circunferência e cordão de ajuste no cós, parte externa em moletom 360G/M², forro interno em toda extensão com tecido microfibra +/- 120G/M² sublimação total.

4.4.21. Bandeiras personalizadas: Tecido 100% poliéster fios de alta resistência, costura reforçada com ilhós laterais para amarração, dupla face, tamanho mínimo de 1,57 x 2,24 metros.

4.5. Os objetos a serem entregues deverão ser fabricados de acordo com as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), e demais legislações pertinentes a matéria.

4.6. Os materiais personalizados serão solicitados e utilizados de acordo com as demandas, em tipos e quantidades necessárias e a empresa vencedora será informada, no mínimo, 10 (dez) dias antes para que possa realizar a confecção do material, conforme especificações disponibilizadas pela CONTRATANTE.

4.7. O servidor designado pela Secretaria de Estado de Esporte e Lazer emitira as ordens de fornecimento juntamente com o Layout e receberá os produtos adquiridos, verificando se os mesmos atendem aos ditames deste termo de referência, proposta apresentada pela empresa e na legislação que rege a matéria. Eventuais irregularidades ou deficiências serão encaminhadas a licitante vencedora, objetivando a imediata correção das anomalias apontadas.

5. FORNECIMENTO E PRAZO

5.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar telefone e/ou e-mail para a CONTRATANTE.

5.2. A Secretaria Estadual de Esporte e Lazer (SEEL) emitirá a Ordem de Serviço para o fornecimento dos objetos contratados, com antecedência mínima de 10 dias.

5.3. Se a Nota Fiscal/Fatura, não for aceita pela unidade solicitante devido às irregularidades em seu preenchimento, esta será devolvida para as necessárias correções.

5.4. A SEEL designará um servidor para realizar a gestão do contrato, fiscalização, acompanhamento do fornecimento do objeto contratado e emissão da Ordem de Fornecimento.

5.5. Os objetos serão solicitados através de requisição, emitida por servidor, especialmente designado, contendo o modelo e as especificações necessárias, entre outros dados, visando à realização do objeto.

5.6. Os produtos serão entregues na Secretaria de Estado de Esporte e Lazer no Almoxarifado Setorial, situado na Avenida Fued José Sebba, 1170, Jardim Goiás, Estádio Serra Dourada ala Norte, Goiânia-GO, telefone (62) 3201-9234, no horário das 8h às 17h, com devido agendamento.

6. CONTRATAÇÃO, PRORROGAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O ajuste se faz mediante contratações parciais do quantitativo do objeto registrado, com entregas imediatas e integrais do objeto efetivamente contratado.

6.2. O Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses;

6.3. Cabe ao gestor da contratação fiscalizar, acompanhar e verificar sua perfeita execução, em todas as fases, competindo-lhe, primordialmente, sob pena de responsabilidade:

1. Anotar, em registro próprio, as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando as providências necessárias à correção das falhas ou defeitos observados;
2. Transmitir à CONTRATADAS instruções e comunicar alterações de prazos, cronogramas de execução e especificações do projeto, quando for o caso;
3. Dar imediata ciência aos seus superiores, o acompanhamento e avaliação financeira do contrato dos incidentes e ocorrências da execução que possam acarretar a imposição de sanções e/ou a rescisão contratual;
4. Adotar, junto a terceiros, as providências necessárias para a regularidade da execução do contrato;
5. Promover, com ou sem a presença da CONTRATADA, a verificação dos serviços já efetuados, emitindo o competente atestado para que a CONTRATADA possa receber o pagamento;
6. Esclarecer prontamente as dúvidas da CONTRATADA, solicitando ao setor competente da Administração, se necessário, parecer de especialistas;
7. Fiscalizar a obrigação da CONTRATADA de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como o regular cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias.
8. Comunicar à CONTRATADA as deficiências porventura verificadas na execução dos serviços, para imediata correção, sem prejuízo das sanções cabíveis.
9. Estabelecer comunicação com a CONTRATADA, bem como elaborar os relatórios próprios;

6.4. A presença da fiscalização pela CONTRATANTE não elide nem diminui a responsabilidade da CONTRATADA.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Cumprir todas as exigências deste Termo de Referência.

7.2. Efetuar a entrega dos bens, de acordo com as especificações, condições e prazos previstos.

7.3. Fornecer os itens, observando todos os aspectos quanto à originalidade, qualidade, quantidade e garantia, bem como os prazos de fornecimento e de acordo com as especificações constantes neste Termo de Referência.

7.4. Submeter-se à fiscalização de servidor especialmente designado para este fim, que acompanhará a entrega do objeto, atestando e conferindo a Nota Fiscal, em especial, a quantidade e qualidade dos produtos entregues, podendo recusá-los em todo ou em parte, sempre que for o caso de descumprimento das especificações contidas neste Termo de Referência.

7.5. Emitir e encaminhar a Contratante a Nota Fiscal/Fatura relativa ao objeto contratual efetivamente executado.

7.6. Responsabilizar-se integralmente pelos objetos contratados, nos termos da legislação vigente.

7.7. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, bem como dispor de equipamento, material e pessoal especializado e no quantitativo necessário ao cumprimento do objeto contratado, respeitando as normas de higiene e segurança no trabalho.

7.8. Não efetuar nenhuma alteração no fornecimento do objeto sem a prévia anuência da CONTRATANTE.

7.9. Permitir ao fiscal do contrato fiscalizar o objeto do contrato, que estiverem sendo executados sob sua responsabilidade, o qual poderá sustar, recusar, mandar fazer, refazer ou desfazer qualquer tipo de serviço que não esteja de acordo com as normas, especificações e técnicas usuais, ou que atentem contra a segurança dos usuários ou de terceiros.

7.10. Comunicar em 48 horas antes do evento à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam tomadas as providências necessárias à regularização, substituição e correção de algum item solicitado.

7.11. A CONTRATADA está obrigada a manter um supervisor responsável pelo gerenciamento da execução dos objetos desse Termo de Referência, com poderes de representante e preposto, para tratar com a CONTRATANTE, em qualquer ponto do território nacional.

7.12. A CONTRATADA deverá manter um supervisor no momento da entrega do objeto, para que faça a conferência do trabalho com a CONTRATANTE in loco, com 24 horas de antecedência e para que providencie alguma correção que se faça necessária antes da realização do evento.

7.13. Todos os encargos decorrentes da execução do ajuste, tais como: obrigações civis, trabalhistas, fiscais, previdenciárias ou quaisquer outras, serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

7.14. A CONTRATADA se obriga a cumprir os termos previstos no presente Termo de Referência e a responder todas as consultas feitas pela CONTRATANTE no que se refere ao atendimento do objeto.

7.15. A CONTRATADA ficará sujeita, nos casos omissos, às normas da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 8.1. Emitir a correspondente Ordem de Entrega ou Fornecimento, com todas as informações necessárias, em favor da licitante vencedora.
- 8.2. Prestar informações e esclarecimentos pertinentes e necessários que venham a ser solicitados pelo representante da CONTRATADA, para a correta execução do objeto.
- 8.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, por meio do Gestor do Contrato, exigindo seu fiel e total cumprimento.
- 8.4. Dar conhecimento ao titular e ao prestador dos serviços de quaisquer fatos que possam afetar o fornecimento do objeto.
- 8.5. Pagar, dentro dos prazos, os valores pactuados.
- 8.6. Notificar, formal e tempestivamente a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento do contrato.

9. FORMA DE PAGAMENTO

9.1. O pagamento será realizado, mensalmente, através de Ordem de Pagamento emitida pela SEL, após a o fornecimento do objeto e mediante nota fiscal ou fatura mensal, que deverá ser atestada pelo setor responsável pela gestão do contrato e encaminhada para área financeira, contendo:

- a) data da emissão;
- b) valor unitário;
- c) valor total;
- d) a especificação do objeto;
- e) apresentar a Nota Fiscal eletrônica em original ou a nota fiscal/fatura em primeira via original.

10. DO CONTRATO

- 10.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, e eficácia a partir da publicação no Diário Oficial do Estado.
- 10.2. O contrato terá início a partir de sua assinatura, com execução a partir da publicação no Diário Oficial do Estado.
- 10.3. O gestor será designado pela Secretaria de Estado de Esporte e Lazer, que terá como tarefa acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As sanções serão aplicadas conforme Lei Estadual nº. 17.928/2012:

“Art. 77. Constituem ilícitos administrativos, a serem considerados em todas as modalidades licitatórias, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, além da prática dos atos previstos nos arts. 81, 86, 87 e 88 da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a prática dos atos previstos no art. 7º da Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, ou em dispositivos de normas que vierem a substituí-los.

Art. 78. Ao candidato a cadastramento, ao licitante e ao contratado, que incorram nas faltas referidas no art. 77 aplicam-se, segundo a natureza e a gravidade da falta, assegurados a ampla defesa e o contraditório, as sanções previstas nos arts. 86 a 88 da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no art. 7º da Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, quando se tratar de licitação na modalidade pregão.

Art. 79. Nas hipóteses previstas no art. 77, o interessado poderá apresentar sua defesa no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da notificação do ato, sendo facultada a produção de todas as provas admitidas em direito, por iniciativa e a expensas daquele que as indicou.

§ 1º Quando necessárias, as provas serão produzidas em audiência previamente designada para este fim.

§ 2º Concluída a instrução processual, a comissão designada ou, quando for o caso, o serviço de registro cadastral, dentro de 15 (quinze) dias, elaborará o relatório final e remeterá os autos para deliberação da autoridade competente para aplicar a penalidade, após o pronunciamento da área jurídica.

Art. 80. A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará o contratado, além das sanções referidas no art. 78, à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato, graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

I – 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no de recusa do adjudicatário em firmar o contrato, ou ainda na hipótese de negar-se a efetuar o reforço da caução, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

II – 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado ou sobre a parte da etapa do cronograma físico de obras não cumprido;

III – 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado ou sobre a parte da etapa do cronograma físico de obras não cumprida, por dia subsequente ao trigésimo.

§ 1º A multa a que se refere este artigo não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas nesta Lei.

§ 2º A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do contratado faltoso.

§ 3º Se o valor da multa exceder ao da garantia prestada, além da perda desta, o contratado responderá pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, ainda, se for o caso, cobrada judicialmente.

Art. 81. A suspensão de participação em licitação e o impedimento de contratar com a Administração deverão ser graduados pelos seguintes prazos:

I – 6 (seis) meses, nos casos de:

a) aplicação de duas penas de advertência, no prazo de 12 (doze) meses, sem que o prestador tenha adotado as medidas corretivas no prazo determinado pela Administração;

b) alteração da qualidade da prestação do serviço;

II – 12 (doze) meses, no caso de retardamento imotivado da execução de serviço, de suas parcelas;

III – 24 (vinte e quatro) meses, nos casos de:

a) entregar como verdadeira nota de prestação de serviço falsificada, adulterada, deteriorada ou danificada;

b) paralisação de serviço, sem justa fundamentação e prévia comunicação à Administração;

c) praticar ato ilícito visando frustrar os objetivos de licitação no âmbito da administração estadual;

d) sofrer condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo.

Parágrafo único. Na modalidade pregão, ao fornecedor que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, será aplicada penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado, por prazo não superior a 5 (cinco) anos, sendo descredenciado do Cadastro de Fornecedores, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

Art. 82. O contratado que praticar infração prevista no art. 81, inciso III, será declarado inidôneo, ficando impedido de licitar e contratar com a administração estadual, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida quando ressarcida a Administração dos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da respectiva sanção.

Art. 83. Qualquer penalidade aplicada ao candidato a cadastramento, ao licitante ou ao contratado deverá ser informada, imediatamente, à unidade gestora de serviço de registro cadastral.

11.2. Sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, pelo não cumprimento dos compromissos acordados poderão ser aplicadas, a critério da CONTRATANTE, ainda as seguintes penalidades à CONTRATADA:

11.3. Antes da aplicação de qualquer penalidade será garantido à contratada o contraditório e a ampla defesa. A multa será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

a) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração nos termos do art. 81 da Lei Estadual nº 17.928/2012.

b) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a CONTRATANTE, nos termos do art. 82 da Lei Estadual nº 17.928/2012;

11.4. A gestão e a fiscalização da prestação do serviço, ficará a cargo do Servidor(a), Gestor(a) de Contratos a ser designado, pelo titular desta Pasta por instrumento próprio, conforme Artigo 67 da Lei 8666/93.

ANEXO II

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA Nº 01/2023-SEEL

MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO SRP - MENOR PREÇO POR LOTE

PROCESSO Nº 202317576000436 de 31/01/2023

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos XX dias do mês de XXX de dois mil e 2023, pelo presente instrumento, a SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER, ÓRGÃO GERENCIADOR desta Ata de Registro de Preços, inscrita no CNPJ sob o nº 32.712.376/0001-15, ora representada por seu titular o Sr. **HENDERSON DE PAULA RODRIGUES**, brasileiro, casado, RG nº 13836138 SSP-SP, devidamente inscrito no CPF sob o nº 045.698.898-08, residente e domiciliado em Goiânia-GO, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal 8.666/1993 e suas alterações posteriores, Lei Estadual nº 17.928/2012, Decretos Estaduais nº 7.437/2011, Decreto 9.666/2020, 7.466/2011, 7.425/2011, Decreto Federal nº 10.024/2019, Lei Complementar nº 117/2015, Lei Complementar 123/2006, modificada pela Lei 147/2014 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie e pelas condições estabelecidas no Edital e seus anexos, conforme a classificação das propostas de preços apresentadas quando da realização do **Pregão Eletrônico SRP nº 01/2023-SEEL**, tipo menor preço e homologação pelo Secretário de Estado de Esporte e Lazer, publicada no Diário Oficial do Estado de Goiás, RESOLVE registrar os preços visando a contratação de empresa(s) especializada(s) em fornecimento de materiais esportivos, premiações e materiais personalizados para atender as demandas dos eventos apoiados pelo Governo de Goiás, bem como apoiar as entidades (federações, associações, municípios e atletas) por meio de doações, mediante demanda, visando atender às necessidades da SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro dos preços visando a contratação de empresa(s) especializada(s) em fornecimento de materiais esportivos, premiações e materiais personalizados para atender as demandas dos eventos apoiados pelo Governo de Goiás, bem como apoiar as entidades (federações, associações, municípios e atletas) por meio de doações, de acordo com as especificações estabelecidas no Edital do **Pregão Eletrônico SRP nº 01/2023** e seus anexos e Proposta(s) apresentada(s) pelo(s) licitante(s) vencedor(es).

1.2 O fornecimento do objeto desta Ata deve seguir todas as condições e especificações constantes no Termo de Referência que passa a fazer parte, para todos os efeitos, desta ata, juntamente com a documentação e proposta(s) de preços apresentado(s) pelo(s) Licitante(s), conforme consta nos autos do Processo nº **202317576000436** que a originou.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS REGISTRADOS, DA VALIDADE E DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS**LOTE 01 - DISPUTA GERAL**

Item	Descritivo	Quant.	Cod Comprasnet	Unid.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
01	Troféu Personalizado grande	3.000		UNID.		R\$	R\$
02	Troféu personalizado médio	3.000		UNID.		R\$	R\$
03	Medalhas Personalizadas 9 cm	30.000		UNID.		R\$	R\$
TOTAL LOTE 01							R\$

LOTE 02 - EXCLUSIVO PARA ME E EPP

Item	Descritivo	Quant.	Cod Comprasnet	Unid.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
01	Placas para homenagem	500		UNID.		R\$	R\$
TOTAL LOTE 02							R\$

LOTE 03 - DISPUTA GERAL

Item	Descritivo	Quant.	Cod Comprasnet	Unid.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
01	Jogo de uniforme completo	5.000		JG.		R\$	R\$
02	Jogo de coletes esportivos	2.000		JG.		R\$	R\$
03	Camisetas personalizadas	5.000		UNID.		R\$	R\$
04	Conjunto de agasalho	2.000		UNID.		R\$	R\$
05	Bandeiras personalizadas	500		UNID.		R\$	R\$
TOTAL LOTE 03							R\$

LOTE 04 - DISPUTA GERAL

Item	Descritivo	Quant.	Cod Comprasnet	Unid.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	Bola para futebol de campo	3.750		UNID.		R\$	R\$
2	Bola para futebol society	1.500		UNID.		R\$	R\$
TOTAL LOTE 04							R\$

LOTE 05 - (RESERVA DE COTA 25%)

Item	Descritivo	Quant.	Cod Comprasnet	Unid.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	Bola para futebol de campo	1.250		UNID.		R\$	R\$
2	Bola para futebol society	500		UNID.		R\$	R\$
TOTAL LOTE 05							R\$

LOTE 06 - DISPUTA GERAL

Item	Descritivo	Quant.	Cod Comprasnet	Unid.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	Bola para voleibol	1.500		UNID.		R\$	R\$
2	Bola para basquetebol	1.500		UNID.		R\$	R\$
3	Bola para handebol	750		UNID.		R\$	R\$
TOTAL LOTE 06							R\$

LOTE 07 (RESERVA DE COTA 25%)

Item	Descritivo	Quant.	Cod Comprasnet	Unid.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	Bola para voleibol	500		UNID.		R\$	R\$
2	Bola para basquetebol	500		UNID.		R\$	R\$
3	Bola para handebol	250		UNID.		R\$	R\$
TOTAL LOTE 07							R\$

LOTE 08 - DISPUTA GERAL

Item	Descritivo	Quant.	Cod Comprasnet	Unid.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	Rede para futebol de campo	750		PAR		R\$	R\$
2	Rede para futebol society	750		PAR		R\$	R\$
3	Rede para voleibol	750		UNID.		R\$	R\$
TOTAL LOTE 08							R\$

LOTE 09 - (RESERVA DE COTA 25%)

Item	Descriativo	Quant.	Cod Comprasnet	Unid.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	Rede para futebol de campo	250		PAR		R\$	R\$
2	Rede para futebol society	250		PAR		R\$	R\$
3	Rede para voleibol	250		UNID.		R\$	R\$
TOTAL LOTE 09							R\$

LOTE 10 - DISPUTA GERAL

Item	Descriativo	Quant.	Cod Comprasnet	Unid.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	Rede para basquetebol	750		PAR		R\$	R\$
2	Rede para handebol	375		PAR		R\$	R\$
3	Rede para futvôlei	150		UNID.		R\$	R\$
4	Rede para beachtenis	150		UNID.		R\$	R\$
TOTAL LOTE 10							R\$

LOTE 11 - (RESERVA DE COTA 25%)

Item	Descriativo	Quant.	Cod Comprasnet	Unid.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	Rede para basquetebol	250		PAR		R\$	R\$
2	Rede para handebol	125		PAR		R\$	R\$
3	Rede para futvôlei	50		UNID.		R\$	R\$
4	Rede para beachtenis	50		UNID.		R\$	R\$
TOTAL LOTE 11							R\$

2.2 A presente Ata de Registro de Preços terá o período de vigência improrrogável de **1 (um) ano**, contado a partir da sua assinatura e eficácia a partir da publicação no Diário Oficial, sem alteração dos quantitativos originalmente registrados, em obediência ao art. 23 da Lei Estadual nº 17.928/2012. Durante seu prazo de validade, as propostas selecionadas no registro de preços ficarão à disposição da Administração, para que se efetuem as contratações nas oportunidades e quantidades necessárias, até o limite estabelecido.

2.3 Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis.

2.4 A Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

CLÁUSULA TERCEIRA - BENEFICIÁRIO(S):

3.1 xxxxxxxxxxxx, CNPJ nºxxxxxxxxxxxxx, CNPJ: xxxxxxxxxxxxxxxx, estabelecida na : Rua xx, CIDADE/ESTADO, CEP xxxxxxxx, neste ato representada por xxxxxxxxxxxxxxxx, brasileiro(a), solteiro (a), portador da cédula de identidade nº xxxxxxxxxxxxxxxx, e do CPF nºxxxxxxxxxxxxxx;

CLÁUSULA QUARTA – DOS ÓRGÃOS PARTICÍPES

4.1 Não houve manifestação de órgãos com vistas à participação na presente ARP.

CLÁUSULA QUINTA – DO FORNECIMENTO DO OBJETO

5.1 O fornecimento do objeto da Ata será formalizada por Instrumento Contratual e deverá seguir as características, prazos e locais de fornecimento constantes no Termo de Referência – do Edital.

5.2 O fornecedor deverá manter, durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO E DO FATURAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, observada a ordem cronológica de pagamento a que se refere o Decreto Estadual nº 9.561/2019.

6.2 - A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento do serviço, conforme este contrato.

6.3 - A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao CADFOR ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3.1 - Constatando-se, junto ao CADFOR, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no Decreto 9.666/2020.

6.4 - O setor competente para proceder ao pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

6.4.1 - O prazo de validade;

6.4.2 - A data da emissão;

6.4.3 - Os dados do contrato e do órgão contratante;

6.4.4 - O período de prestação dos serviços;

6.4.5 - O valor a pagar; e

6.4.6 - Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.5 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras.

Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

6.6 - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.7 - Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao CADFOR para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

6.8 - Constatando-se, junto ao CADFOR, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

6.9 - Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao CADFOR para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público.

6.10 - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.11 - Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

6.12 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = N x Vp x (I / 365) onde:

EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;

N = Números de dias em atraso, contados da data limite fixada para pagamento e a data do efetivo pagamento;

Vp = Valor da parcela em atraso;

I = IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE)/100.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FORMA DE CONTRATAÇÃO

7.1 O órgão participante do Registro de Preços deverá, quando da necessidade da contratação, recorrer ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** da Ata de Registro de Preços, para que este proceda à indicação do **FORNECEDOR** e respectivo preço a ser praticado.

7.2 A contratação com o **FORNECEDOR** registrado, após a indicação pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**, será formalizada pelo órgão interessado, por intermédio de Contrato. O **FORNECEDOR** será convocado para, **no prazo de 05 (cinco) dias a partir da notificação**, assinar o Contrato (conforme minuta constante no **Anexo III** deste Edital), podendo este prazo ser prorrogado, a critério da Administração, desde que ocorra motivo justificado.

7.3 A recusa injustificada do **FORNECEDOR** registrado em assinar o contrato, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades previstas em lei, exceção feita aos licitantes que se negarem a aceitar a contratação, fora da validade da Ata de Registro de Preços.

7.4 **O Período de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses**, contados a partir de sua assinatura, e eficácia a partir da publicação no Diário Oficial do Estado.

7.5 Como condição para celebração do contrato e durante a vigência contratual, o **FORNECEDOR** registrado deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.6 Todos os encargos decorrentes de possíveis contratos, tais como: obrigações civis, trabalhistas, fiscais, previdenciárias ou quaisquer outras, serão de exclusiva responsabilidade do **Contratado**.

7.7 Os contratos advindos da Ata de Registro de Preços seguem todas as obrigações previstas na Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO DA PROPONENTE

8.1 A Proponente terá o seu registro de preço cancelado pela SEEL quando:

I. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

II. Não retirar o instrumento de contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV - sofrer sanção prevista nos [incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993](#), ou no [art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002](#).

Parágrafo único. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do **caput** será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

8.2 A proponente poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço, por intermédio de processo administrativo específico, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

8.3 O cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente da SEEL.

8.4 A administração, se julgar conveniente, poderá optar por realizar um procedimento licitatório específico para a contratação do objeto da ata.

CLÁUSULA NONA - DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS

9.1 A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, mediante justificativa da autoridade competente, **exceto quanto aos acréscimos de quantitativos**, obedecidas as disposições da lei federal de licitações, quanto às alterações contratuais.

9.2 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores.

9.3 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a SEEL, como Órgão Gerenciador, deverá:

I. Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II. Frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido.

9.4 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, em razão desse fato, comprovar, mediante requerimento, a sua impossibilidade de cumprir o compromisso, a SEEL poderá:

I. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.

9.5 Não havendo êxito nas negociações, a SEEL procederá a revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DO GERENCIAMENTO DA ATA

10.1 Caberá ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços e, ainda, o seguinte:

I - gerenciar a Ata de Registro de Preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores, para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo à ordem de classificação e aos quantitativos de contratação definidos pelos participantes da Ata;

II - conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

III - realizar, quando necessário, prévia reunião com licitantes, visando informá-los das peculiaridades do objeto do Sistema de Registro de Preços e coordenar, com os órgãos participantes, a qualificação mínima dos respectivos gestores contratuais indicados;

IV – buscar, quando necessário, informações junto ao mercado, quanto às características técnicas do objeto a ser registrado;

V – garantir que a adesão de órgãos não participantes não ultrapasse os quantitativos previstos do Decreto Estadual nº 7.437/2011.

10.2 O Gestor responsável em gerir esta Ata de Registro de Preços será o Secretário da Secretaria de Estado da Esporte e Lazer, com assessoramento que julgar pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A Ata de Registro de Preços será assinada pela autoridade competente e pelos adjudicatários, vinculando-se estes últimos ao cumprimento de todas as condições de sua proposta, cujo preço foi registrado, e às normas editalícias e legais durante toda a vigência da Ata.

11.2. Não houve manifestação de órgãos com vistas à participação na presente ARP.

11.3. Não será permitida a adesão à Ata de Registro de Preços por qualquer outro órgão ou entidade da Administração, como carona.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

12.1 Cumprir todas as exigências do Termo de Referência.

12.2. Efetuar a entrega dos bens, de acordo com as especificações, condições e prazos previstos.

12.3. Fornecer os itens, observando todos os aspectos quanto à originalidade, qualidade, quantidade e garantia, bem como os prazos de fornecimento e de acordo com as especificações constantes neste Termo de Referência.

12.4. Submeter-se à fiscalização de servidor especialmente designado para este fim, que acompanhará a entrega do objeto, atestando e conferindo a Nota Fiscal, em especial, a quantidade e qualidade dos produtos entregues, podendo recusá-los em todo ou em parte, sempre que for o caso de descumprimento das especificações contidas neste Termo de Referência.

12.5. Emitir e encaminhar a Contratante a Nota Fiscal/Fatura relativa ao objeto contratual efetivamente executado.

12.6. Responsabilizar-se integralmente pelos objetos contratados, nos termos da legislação vigente.

12.7. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, bem como dispor de equipamento, material e pessoal especializado e no quantitativo necessário ao cumprimento do objeto contratado, respeitando as normas de higiene e segurança no trabalho.

12.8. Não efetuar nenhuma alteração no fornecimento do objeto sem a prévia anuência da CONTRATANTE.

12.9. Permitir ao fiscal do contrato fiscalizar o objeto do contrato, que estiverem sendo executados sob sua responsabilidade, o qual poderá sustar, recusar, mandar fazer, refazer ou desfazer qualquer tipo de serviço que não esteja de acordo com as normas, especificações e técnicas usuais, ou que atentem contra a segurança dos usuários ou de terceiros.

12.10. Comunicar em 48 horas antes do evento à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam tomadas as providências necessárias à regularização, substituição e correção de algum item solicitado.

12.11. A CONTRATADA está obrigada a manter um supervisor responsável pelo gerenciamento da execução dos objetos desse Termo de Referência, com poderes de representante e preposto, para tratar com a CONTRATANTE, em qualquer ponto do território nacional.

12.12. A CONTRATADA deverá manter um supervisor no momento da entrega do objeto, para que faça a conferência do trabalho com a CONTRATANTE in loco, com 24 horas de antecedência e para que providencie alguma correção que se faça necessária antes da realização do evento.

12.13. Todos os encargos decorrentes da execução do ajuste, tais como: obrigações civis, trabalhistas, fiscais, previdenciárias ou quaisquer outras, serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

12.14. A CONTRATADA se obriga a cumprir os termos previstos no presente Termo de Referência e a responder todas as consultas feitas pela CONTRATANTE no que se refere ao atendimento do objeto.

12.15. A CONTRATADA ficará sujeita, nos casos omissos, às normas da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES

13.1 As sanções serão aplicadas conforme Lei Estadual nº. 17.928/2012:

“Art. 77. Constituem ilícitos administrativos, a serem considerados em todas as modalidades licitatórias, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, além da prática dos atos previstos nos arts. 81, 86, 87 e 88 da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a prática dos atos previstos no art. 7º da Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, ou em dispositivos de normas que vierem a substituí-los.

Art. 78. Ao candidato a cadastramento, ao licitante e ao contratado, que incorram nas faltas referidas no art. 77 aplicam-se, segundo a natureza e a gravidade da falta, assegurados a ampla defesa e o contraditório, as sanções previstas nos arts. 86 a 88 da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no art. 7º da Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, quando se tratar de licitação na modalidade pregão.

Art. 79. Nas hipóteses previstas no art. 77, o interessado poderá apresentar sua defesa no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da notificação do ato, sendo facultada a produção de todas as provas admitidas em direito, por iniciativa e a expensas daquele que as indicou.

§ 1º Quando necessárias, as provas serão produzidas em audiência previamente designada para este fim.

§ 2º Concluída a instrução processual, a comissão designada ou, quando for o caso, o serviço de registro cadastral, dentro de 15 (quinze) dias, elaborará o relatório final e remeterá os autos para deliberação da autoridade competente para aplicar a penalidade, após o pronunciamento da área jurídica.

Art. 80. A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará o contratado, além das sanções referidas no art. 78, à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato, graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

I – 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no de recusa do adjudicatário em firmar o contrato, ou ainda na hipótese de negar-se a efetuar o reforço da caução, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

II – 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado ou sobre a parte da etapa do cronograma físico de obras não cumprido;

III – 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado ou sobre a parte da etapa do cronograma físico de obras não cumprida, por dia subsequente ao trigésimo.

§ 1º A multa a que se refere este artigo não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas nesta Lei.

§ 2º A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do contratado faltoso.

§ 3º Se o valor da multa exceder ao da garantia prestada, além da perda desta, o contratado responderá pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, ainda, se for o caso, cobrada judicialmente.

Art. 81. A suspensão de participação em licitação e o impedimento de contratar com a Administração deverão ser graduados pelos seguintes prazos:

I – 6 (seis) meses, nos casos de:

a) aplicação de duas penas de advertência, no prazo de 12 (doze) meses, sem que o prestador tenha adotado as medidas corretivas no prazo determinado pela Administração;

b) alteração da qualidade da prestação do serviço;

II – 12 (doze) meses, no caso de retardamento imotivado da execução de serviço, de suas parcelas;

III – 24 (vinte e quatro) meses, nos casos de:

a) entregar como verdadeira nota de prestação de serviço falsificada, adulterada, deteriorada ou danificada;

b) paralisação de serviço, sem justa fundamentação e prévia comunicação à Administração;

c) praticar ato ilícito visando frustrar os objetivos de licitação no âmbito da administração estadual;

d) sofrer condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo.

Parágrafo único. Na modalidade pregão, ao fornecedor que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, será aplicada penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado, por prazo não superior a 5 (cinco) anos, sendo descredenciado do Cadastro de Fornecedores, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

Art. 82. O contratado que praticar infração prevista no art. 81, inciso III, será declarado inidôneo, ficando impedido de licitar e contratar com a administração estadual, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja

promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida quando ressarcida a Administração dos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da respectiva sanção.

Art. 83. Qualquer penalidade aplicada ao candidato a cadastramento, ao licitante ou ao contratado deverá ser informada, imediatamente, à unidade gestora de serviço de registro cadastral.

13.2. Sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, pelo não cumprimento dos compromissos acordados poderão ser aplicadas, a critério da CONTRATANTE, ainda as seguintes penalidades à CONTRATADA:

13.3. Antes da aplicação de qualquer penalidade será garantido à contratada o contraditório e a ampla defesa. A multa será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

a) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração nos termos do art. 81 da Lei Estadual nº 17.928/2012.

b) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a CONTRATANTE, nos termos do art. 82 da Lei Estadual nº 17.928/2012;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1 Os conflitos que possam surgir relativamente ao ajuste decorrente deste contrato acaso não puderem ser equacionados de forma amigável, serão, no tocante aos direitos patrimoniais disponíveis, submetidos à arbitragem, na forma da Lei nº. 9.307, de 23 de setembro de 1996 e da Lei Complementar Estadual nº. 144, de 24 de julho de 2018, elegendo-se desde já para o seu julgamento a CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA), outorgando a esta os poderes para indicar os árbitros e renunciando expressamente à jurisdição e tutela do Poder Judiciário para julgamento desses conflitos, consoante instrumento em Anexo.

14.2 CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA) será composta por Procuradores do Estado, Procuradores da Assembleia Legislativa e por advogados regularmente inscritos na OAB/GO, podendo funcionar em Comissões compostas sempre em número ímpar maior ou igual a 3 (três) integrantes (árbitros), cujo sorteio se dará na forma do art. 14 da Lei Complementar Estadual nº 114, de 24 de julho de 2018, sem prejuízo da aplicação das normas de seu Regimento Interno, onde cabível.

14.3 A sede da arbitragem e da prolação da sentença será preferencialmente a cidade de Goiânia.

14.4 O idioma da Arbitragem será a Língua Portuguesa.

14.5 A arbitragem será exclusivamente de direito, aplicando-se as normas integrantes do ordenamento jurídico ao mérito do litígio.

14.6 Aplicar-se-á ao processo arbitral o rito previsto nas normas de regência (incluso o seu Regimento Interno) da CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA), na Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, na Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015, na Lei Complementar Estadual nº 144, de 24 de julho de 2018 e na Lei Estadual nº 13.800, de 18 de janeiro de 2001, constituindo a sentença título executivo vinculante entre as partes.

14.7 A sentença arbitral será de acesso público, a ser disponibilizado no sítio eletrônico oficial da Procuradoria-Geral do Estado, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas em lei.

14.8 As partes elegem o Foro da Comarca de Goiânia para quaisquer medidas judiciais necessárias, incluindo a execução da sentença arbitral. A eventual propositura de medidas judiciais pelas partes deverá ser imediatamente comunicada à CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA), e não implica e nem deverá ser interpretada como renúncia à arbitragem, nem afetar a existência, validade e eficácia da presente cláusula arbitral.

E, por as partes estarem ajustadas e compromissadas, assinam a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER, em Goiânia, aosdias do mês dede dois mil e vinte e três.

Pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR**

Secretário de Estado de Esporte e Lazer

Pelo **FORNECEDOR**:

Representante Legal

ANEXO III**MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL****(A PROPOSTA DEVERÁ SER ASSINADA E COM CARIMBO DA EMPRESA)****PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 01/2023**

Processo nº: 202317576000436

Nome da Empresa:

CNPJ:

Endereço:

Fone:

E-mail:

Dados Bancários:

Nome do responsável legal:

Porte da empresa:

Prazo de validade da proposta: (mínimo de 90 dias)

LOTE 01

Item	Descritivo	Quant.	Unid.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
01	Troféu Personalizado grande	3.000	UNID.		R\$	R\$
02	Troféu personalizado médio	3.000	UNID.		R\$	R\$
03	Medalhas Personalizadas 9 cm	30.000	UNID.		R\$	R\$
TOTAL LOTE 01						R\$

LOTE 02

Item	Descritivo	Quant.	Unid.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
01	Placas para homenagem	500	UNID.		R\$	R\$
TOTAL LOTE 02						R\$

LOTE 03

Item	Descritivo	Quant.	Unid.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
01	Jogo de uniforme completo	5.000	JG.		R\$	R\$
02	Jogo de coletes esportivos	2.000	JG.		R\$	R\$
03	Camisetas personalizadas	5.000	UNID.		R\$	R\$
04	Conjunto de agasalho	2.000	UNID.		R\$	R\$
05	Bandeiras personalizadas	500	UNID.		R\$	R\$
TOTAL LOTE 03						R\$

LOTE 04

Item Descritivo	Quant.	Unid.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1 Bola para futebol de campo	3.750	UNID.		R\$	R\$
2 Bola para futebol society	1.500	UNID.		R\$	R\$
TOTAL LOTE 04					R\$

LOTE 05

Item Descritivo	Quant.	Unid.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1 Bola para futebol de campo	1.250	UNID.		R\$	R\$
2 Bola para futebol society	500	UNID.		R\$	R\$
TOTAL LOTE 05					R\$

LOTE 06

Item Descritivo	Quant.	Unid.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1 Bola para voleibol	1.500	UNID.		R\$	R\$
2 Bola para basquetebol	1.500	UNID.		R\$	R\$
3 Bola para handebol	750	UNID.		R\$	R\$
TOTAL LOTE 06					R\$

LOTE 07

Item Descritivo	Quant.	Unid.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1 Bola para voleibol	500	UNID.		R\$	R\$
2 Bola para basquetebol	500	UNID.		R\$	R\$
3 Bola para handebol	250	UNID.		R\$	R\$
TOTAL LOTE 07					R\$

LOTE 08

Item Descritivo	Quant.	Unid.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1 Rede para futebol de campo	750	PAR		R\$	R\$
2 Rede para futebol society	750	PAR		R\$	R\$
3 Rede para voleibol	750	UNID.		R\$	R\$
TOTAL LOTE 08					R\$

LOTE 09

Item Descritivo	Quant.	Unid.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1 Rede para futebol de campo	250	PAR		R\$	R\$
2 Rede para futebol society	250	PAR		R\$	R\$
3 Rede para voleibol	250	UNID.		R\$	R\$
TOTAL LOTE 09					R\$

LOTE 10

Item Descritivo	Quant.	Unid.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1 Rede para basquetebol	750	PAR		R\$	R\$
2 Rede para handebol	375	PAR		R\$	R\$
3 Rede para futvôlei	150	UNID.		R\$	R\$
4 Rede para beachtenis	150	UNID.		R\$	R\$

TOTAL LOTE 10

R\$

		LOTE 11				
Item	Descritivo	Quant.	Unid.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	Rede para basquetebol	250	PAR		R\$	R\$
2	Rede para handebol	125	PAR		R\$	R\$
3	Rede para futvôlei	50	UNID.		R\$	R\$
4	Rede para beachtenis	50	UNID.		R\$	R\$
TOTAL LOTE 11						R\$

VALOR TOTAL DO LOTER\$ _____ (_____)

Declaro que no preço proposto estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para a perfeita entrega dos produtos, inclusive as despesas com transportes, produtos, mão de obra especializada ou não, segurança em geral, equipamentos, ferramentas, encargos da legislação social, trabalhista, previdenciária e responsabilidade civil, por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de taxas, regulamentos e impostos municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário para execução total e completa dos serviços, sem que lhe caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação à Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do Estado de Goiás, nem qualquer outro pagamento adicional.

Declaro, ainda, que li e concordo com os termos do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 01/2023-SEELe seus anexos.

.....
(Local e data)

.....
(Digitar o nome do Representante Legal e assinar)

ANEXO IV

MINUTA CONTRATUAL

CONTRATO Nº. _____/2023

Contrato que entre si celebram o ESTADO DE GOIÁS, através da SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER e a empresa xxxxxxxxxxxxxxxx, especializada em fornecimento de materiais esportivos, premiações e materiais personalizados para atender as demandas dos eventos apoiados pelo Governo de Goiás, bem como apoiar as entidades (federações, associações, municípios e atletas) por meio de doações de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Edital, Termo de Referência, e demais Anexos, conforme cláusulas e condições que se seguem:

CONTRATANTE

O **ESTADO DE GOIÁS**, pessoa jurídica de direito público interno, neste ato representado pela **SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER**, inscrita no CNPJ sob o nº 32.712.376/0001-15, com sede à Av. Fued José Sebba, nº 1.170, Estádio Serra Dourada, Jardim Goiás, nesta capital, doravante denominada **CONTRATANTE**, ora representada por seu titular, Sr. **HENDERSON DE PAULA RODRIGUES**, brasileiro, casado, portador do RG nº 13836138 SSP-SP e do CPF nº 045.698.898-08, e de outro lado a empresa **XXXXXXXXXX**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx, com sede à xxx CEP: xxxxx-xxx, xxxxx, xx, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada na forma de seus estatutos pelo Sr.,XXXXXXXXXX portador do RG nº xxxx – xxxx e do CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, resolvem firmar o presente contrato conforme legislação e especificações, quantitativos e condições constantes nas cláusulas a seguir e demais disposições fixadas no edital e anexos, resultante do **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 01/2023**, objeto do Processo 202317576000436, da Secretaria de Estado de Esportes e Lazer, estando as partes sujeitas aos preceitos da Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal 8.666/1993 e suas alterações posteriores, Lei Estadual nº 17.928 de 27 de dezembro de 2012 alterada pela lei nº 18.989 de 27 de agosto de 2015, Decreto Federal nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, Lei Complementar 123/2006, modificada pela Lei 147/2014 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA PRIMEIRA - FUNDAMENTO LEGAL

1.1 O presente ajuste – na forma da **Lei Federal nº 8.666/93, da Lei Estadual nº 17.928/12 e do Decreto Estadual 9.666/2020**, decorre do **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 01/2023 - SEEL**, devidamente homologado em __/__/____ pelo Secretário de Estado de Esporte e Lazer, tudo constante do Processo **SEI 202317576000436**, que fica fazendo parte integrante do presente contrato, regendo-o no que for omissis, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA OBJETO E SUAS ESPECIFICAÇÕES

2.1 O objeto deste contrato é a eventual contratação de empresa especializada em fornecimento de materiais esportivos, premiações e materiais personalizados para atender as demandas dos eventos apoiados pelo Governo de Goiás, bem como apoiar as entidades (federações, associações, municípios e atletas) por meio de doações de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência.

2.2 A solução a ser contratada é:

LOTE 01

Item	Descritivo	Quant.	Unid.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
01	Troféu Personalizado grande	3.000	UNID.		R\$	R\$
02	Troféu personalizado médio	3.000	UNID.		R\$	R\$
03	Medalhas Personalizadas 9 cm	30.000	UNID.		R\$	R\$
TOTAL LOTE 01						R\$

LOTE 02

Item	Descritivo	Quant.	Unid.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
01	Placas para homenagem	500	UNID.		R\$	R\$
TOTAL LOTE 02						R\$

LOTE 03

Item	Descritivo	Quant.	Unid.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
01	Jogo de uniforme completo	5.000	JG.		R\$	R\$
02	Jogo de coletes esportivos	2.000	JG.		R\$	R\$
03	Camisetas personalizadas	5.000	UNID.		R\$	R\$
04	Conjunto de agasalho	2.000	UNID.		R\$	R\$
05	Bandeiras personalizadas	500	UNID.		R\$	R\$
TOTAL LOTE 03						R\$

LOTE 04

Item Descritivo	Quant.	Unid.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1 Bola para futebol de campo	3.750	UNID.		R\$	R\$
2 Bola para futebol society	1.500	UNID.		R\$	R\$
TOTAL LOTE 04					R\$

LOTE 05

Item Descritivo	Quant.	Unid.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1 Bola para futebol de campo	1.250	UNID.		R\$	R\$
2 Bola para futebol society	500	UNID.		R\$	R\$
TOTAL LOTE 05					R\$

LOTE 06

Item Descritivo	Quant.	Unid.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1 Bola para voleibol	1.500	UNID.		R\$	R\$
2 Bola para basquetebol	1.500	UNID.		R\$	R\$
3 Bola para handebol	750	UNID.		R\$	R\$
TOTAL LOTE 06					R\$

LOTE 07

Item Descritivo	Quant.	Unid.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1 Bola para voleibol	500	UNID.		R\$	R\$
2 Bola para basquetebol	500	UNID.		R\$	R\$
3 Bola para handebol	250	UNID.		R\$	R\$
TOTAL LOTE 07					R\$

LOTE 08

Item Descritivo	Quant.	Unid.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1 Rede para futebol de campo	750	PAR		R\$	R\$
2 Rede para futebol society	750	PAR		R\$	R\$
3 Rede para voleibol	750	UNID.		R\$	R\$
TOTAL LOTE 08					R\$

LOTE 09

Item Descritivo	Quant.	Unid.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1 Rede para futebol de campo	250	PAR		R\$	R\$
2 Rede para futebol society	250	PAR		R\$	R\$
3 Rede para voleibol	250	UNID.		R\$	R\$
TOTAL LOTE 09					R\$

LOTE 10

Item Descritivo	Quant.	Unid.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1 Rede para basquetebol	750	PAR		R\$	R\$
2 Rede para handebol	375	PAR		R\$	R\$
3 Rede para futvôlei	150	UNID.		R\$	R\$
4 Rede para beachtenis	150	UNID.		R\$	R\$

TOTAL LOTE 10

R\$

Item	Descrição	Quant.	LOTE 11		Valor Unitário	Valor Total
			Unid.	Marca		
1	Rede para basquetebol	250	PAR		R\$	R\$
2	Rede para handebol	125	PAR		R\$	R\$
3	Rede para futvôlei	50	UNID.		R\$	R\$
4	Rede para beachtenis	50	UNID.		R\$	R\$
TOTAL LOTE 11						R\$

2.3. ESPECIFICAÇÃO

2.3.1. A empresa vencedora se responsabilizará pela qualidade do objeto ofertado, assim como pela adequação destes às exigências do instrumento convocatório.

2.3.2. Os objetos contratados no presente certame, deverão seguir as normas de qualidade e que atenda às exigências deste Termo de Referência, conforme descrito no item 4.4.

2.3.3. Os materiais solicitados serão objeto de vistoria no ato da entrega, sendo verificado se todas as especificações estão de acordo com as descritas neste Termo. Caso qualquer uma das especificações não seja cumprida, a CONTRATANTE poderá rejeitar a entrega do objeto e solicitar a sua substituição.

2.3.3.1 Os objetos deverão estar em bom estado de conservação, sem amassados, arranhões, defeito ou ausência de alguma peça/equipamento, íntegros e em perfeito estado.

2.3.3.2. Não será permitido o uso de qualquer letreiro, marca ou logotipo que identifique a empresa CONTRATADA.

2.3.3.3. Os materiais a ser entregues pela CONTRATADA à CONTRATANTE, deverão estar limpos e higienizados.

2.3.3.4. Será de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA o pagamento de todas as taxas e impostos referentes aos materiais para confecção dos materiais esportivos, premiações e materiais personalizados.

2.3.4. Os itens, objeto deste Contrato, são compostos pelos seguintes objetos e especificações:

2.3.4.1. Troféus 40 cm: Troféu personalizado com Base tripla em MDF com textura madeirado recortado à laser, medidas da maior para menor 17x11cm, 15x10 por 15mm e última medido 13x9cm com 6mm, Coluna de 40 cm em MDF, Metal Inox e polímero com textura madeirado recortado à laser, Etiqueta em vinil com impressão digital, artes serão enviados posteriormente a empresa contratada.

2.3.4.2. Troféus 25 cm: Troféu personalizado com Base tripla em MDF com textura madeirado recortado à laser, medidas da maior para menor 17x11cm, 15x10 por 15mm e última medido 13x9cm com 6mm, Coluna de 25 cm em MDF, Metal Inox e polímero com textura madeirado recortado à laser, Etiqueta em vinil com impressão digital, artes serão enviados posteriormente a empresa contratada.

2.3.4.3. Medalhas personalizadas: Medalhas personalizadas fundidas em liga metálica, com acabamento de superfície nos banhos: dourado, prata e bronze. Medidas: 9cm de diâmetro, espessura de 5mm e peso aproximado de 200g. Arte gravada no metal em alto e baixo relevo sem pintura. Fita sublimada com logo da CONTRATANTE impressa nos dois lados, com 80cm de comprimento por 2,5cm de largura.

2.3.4.3.1. Medalhas na cor ouro: serão confeccionados um total de 10.000 (dez mil) medalhas desta cor;

2.3.4.3.2. Medalhas na cor prata: serão confeccionados um total de 10.000 (dez mil) medalhas desta cor;

2.3.4.3.3. Medalhas na cor bronze: serão confeccionados um total de 10.000 (dez mil) medalhas desta cor;

2.3.4.4. Placas para homenagem: placa com medida 10 cm x 15 cm confeccionada em aço inox escovado com gravação baixo relevo, pintura colorida ou preta, estojo com revestimento aveludado, com berço retrátil conforme solicitação da CONTRATANTE.

2.3.4.5. Jogos de uniforme completos: contendo 18 camisas, 18 calções e 18 meias, sendo 16 uniformes para jogadores de linha e 02 para goleiro, contendo o Brasão do Estado de Goiás e o escudo da equipe local em pet bordado;

Camisa Tecidos: DRY500 + DRY Connection, Modelagem Max, Gola Especial Y, Artes em 100% Sublimação Digital, Recorte Lateral e Ombro Air Max.

Calção Tecido DRY-TEX, Recorte lateral Dry Cooler, Cadarço de regulagem infinita.

Meião punho duplo, 5 fios, anatômico. Contendo o Brasão do Estado de Goiás.

Tamanho: G adulto.

2.3.4.6. Bolas de futebol de campo: Peso: 410 – 450g; Circunferência: 68 – 70 cm; Gomos: 14; Laminado: PU; Sistema de Forro: Termofixo; Camada interna: Neogel; Processo extra: Dupla colagem.

2.3.4.7. Bolas de futebol Society: confeccionada em P.U. (Poliuretanium). Medidas: 67 - 69,5 cm, 420 - 450 g, com 6 Gomos termo-soldados confeccionada através da Tecnologia de termofusão destes gomos, Miolo Removível e Lubrificado - Marca de Referência: Penalty.

2.3.4.8. Bolas de voleibol: Bola oficial de vôlei, com 18 gomos, confeccionada em microfibras. Diâmetro: 65-67 cm, Peso: 260-280 g, Câmara de butil, Matrizada, Miolo removível e lubrificado - Marca de Referência: Penalty.

2.3.4.9. Bolas de basquetebol: Bola oficial de basquete com câmara de butil; matrizada; acabamento microfibras; miolo removível e lubrificado. Diâmetro: 75 – 78 cm; peso: 600 – 650 g.

2.3.4.10. Bolas de handebol: Contendo Peso: 425 – 475g, Circunferência 58 – 60 Cm, 32 Gomos, Laminada Em PU Pro, Costurada a mão, Câmara 6d, Sistema De Forro Triaxial, Camada Interna em Evacel E Miolo Cápsula Sis - Marca de Referência: Penalty.

2.3.4.11. Rede para futebol de campo: Confeccionado em nylon, com fio 4MM trançado, malha 12x12 CM, aproximadamente 7,50 metros de largura x 2,50 metros de altura x 2,00 metros de profundidade.

2.3.4.12. Rede para futebol Society: Rede de futebol society, tamanho oficial - Dimensões: 5,20m na largura, 2,30m de altura, 0,50m de recuo superior e 1,80m de recuo inferior; fio 4 mm em seda (100% polipropileno), com tratamento UV (ultravioleta) com certificado oficial da marca que atende as especificações.

2.3.4.13. Rede para voleibol: fio 4 mm confeccionada em seda (100% polipropileno), tamanho oficial - 9,50 metros x 1,00 metros, 4 faixas de algodão de alta resistência com tratamento UV (ultravioleta) com certificado oficial da marca que atende as especificações.

2.3.4.14. Rede para basquetebol: fio de seda, cor branca, medidas de no mínimo 0,40m e no máximo 0,45m de comprimento e diâmetro de 45cm, fio 6mm.

2.3.4.15. Rede para handebol: tamanho oficial, fio 8 mm em seda (100% polipropileno), com tratamento UV (ultravioleta) com certificado oficial da marca que atende as especificações.

2.3.4.16. Rede para futevôlei: tamanho oficial (9,50 metros de comprimento e 1,00 metros de altura), proteção UV, fio 2mm em polietileno.

2.3.4.17. Rede para beachtenis: Tamanho oficial, em polietileno com tratamento UV, fio de 1,8mm de espessura.

2.3.4.18. Jogos de coletes esportivos: (jogo contendo 15 unidades): numerados para práticas esportivas em tecido 100% Poliéster dry, fio 75/144 com aplicação de hidrófilo, gramatura 130g, com estampa total em transfer digitalizada em sublimação com a Logomarca do Estado de Goiás, e o escudo da equipe local em Pet bordado, tipo dupla face, medindo: 40x60 cm (LxA), gola tipo careca, manga tipo regata.

2.3.4.19. Camisetas personalizadas: confeccionada em tecido DRY500 + DRY Connection, Modelagem Max, Gola Especial Y, Artes em 100%Sublimação Digital, Recorte Lateral e Ombro Air Max. em cores variadas com arremate na mesma cor; manga curta da mesma cor, com a estampa em “100% sublimação” frente e costas. Arte fornecida posteriormente pela contratante.

2.3.4.20. Conjunto de agasalho: Conjunto de agasalho esportivo tipo corta vento, parte externa em moletom 360G/M², forro interno em toda extensão com tecido microfibras +/- 120G/M² com ribana na cintura e manga tipo raglan, sublimação total, com abertura frontal em zíper e bolsos. Calça comprida cintura com elástico em toda circunferência e cordão de ajuste no cóis, parte externa em moletom 360G/M², forro interno em toda extensão com tecido microfibras +/- 120G/M² sublimação total.

2.3.4.21. Bandeiras personalizadas: Tecido 100% poliéster fios de alta resistência, costura reforçada com ilhós laterais para amarração, dupla face, tamanho mínimo de 1,57 x 2,24 metros.

2.3.5. Os objetos a serem entregues deverão ser fabricados de acordo com as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), e demais legislações pertinentes a matéria.

2.3.6. Os materiais personalizados serão solicitados e utilizados de acordo com as demandas, em tipos e quantidades necessárias e a empresa vencedora será informada, no mínimo, 15 (quinze) dias antes para que possa realizar a confecção do material, conforme especificações disponibilizadas pela CONTRATANTE.

2.3.7. O servidor designado pela Secretaria de Estado de Esporte e Lazer emitira as ordens de fornecimento juntamente com o Layout e receberá os produtos adquiridos, verificando se os mesmos atendem aos ditames deste termo de referência, proposta apresentada pela empresa e na legislação que rege a matéria. Eventuais irregularidades ou deficiências serão encaminhadas a licitante vencedora, objetivando a imediata correção das anomalias apontadas.

CLÁUSULA TERCEIRA - ACRÉSCIMO E/OU SUPRESSÃO DOS SERVIÇOS

3.1 A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições aqui contratadas, acréscimos ou supressões do objeto do presente contrato, em até **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do contrato, conforme art. 65 da Lei federal nº. 8.666/93 e alterações.

3.2 Para efeito de observância dos limites de alterações contratuais previstos no art. 65 da Lei nº 8.666/93, as reduções ou supressões de quantitativos de forma isolada, ou seja, o conjunto de reduções e o conjunto de acréscimos devem ser sempre calculados sobre o valor original do contrato, aplicando-se a cada um desses conjuntos, individualmente e sem nenhum tipo de compensação entre eles, os limites de alteração estabelecidos no dispositivo legal

CLÁUSULA QUARTA - VALOR, DOTAÇÃO E RECURSOS FINANCEIROS.

4.1 VALOR: O valor a ser pago pela CONTRATANTE é de R\$ xx,xx (xxxxxxxxxx), conforme proposta da CONTRATADA datada de __/__/____.

I - O valor previsto para a aquisição do objeto é de xxxxxxxxxxxx, no prazo de 12 (doze) meses é R\$ xxxxxxxxxxxx,xx (xxxxxxxxxxxxxxxxxx).

II - Nos preços propostos estão incluídos todos os custos, transportes, carga e descarga de materiais, despesas de execução, mão de obra, leis sociais, tributos, lucros e quaisquer encargos que incidam sobre os serviços.

4.2 DOTAÇÃO: A despesa deste contrato correrá por conta da dotação nº. xxxx.xx.xx.xxx.xxx.xxx.xxx.xx – elemento de despesa nº. x.x.xx.xx.xx, tendo o valor sido empenhado, conforme Nota de Empenho nº. 000 __, datada __/__/____ (fl. ____).

4.3 RECURSOS: Os recursos para a aquisição objeto deste contrato são oriundos:

Natureza da Despesa: x.x.xx.xx.xx

Programa/Ação: xxxx/xxxx

Fonte de Recursos: xxxxxxxx

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

5.1 O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, observada a ordem cronológica de pagamento a que se refere o Decreto Estadual nº 9.561/2019.

5.2 - A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento do serviço, conforme este contrato.

5.3 - A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao CADFOR ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.3.1 - Constatando-se, junto ao CADFOR, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no Decreto 9.666/2020.

5.4 - O setor competente para proceder ao pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

5.4.1 - O prazo de validade;

5.4.2 - A data da emissão;

5.4.3 - Os dados do contrato e do órgão contratante;

5.4.4 - O período de prestação dos serviços;

5.4.5 - O valor a pagar; e

5.4.6 - Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.5 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras.

Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

5.6 - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.7 - Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao CADFOR para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

5.8 - Constatando-se, junto ao CADFOR, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

5.9 - Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao CADFOR para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público.

5.10 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = N x Vp x (I / 365) onde:

EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;

N = Números de dias em atraso, contados da data limite fixada para pagamento e a data do efetivo pagamento;

Vp = Valor da parcela em atraso;

I = IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE)/100.

Parágrafo 1º - Os pagamentos serão efetivados por meio de crédito em conta corrente em qualquer instituição financeira em que a Contratada seja correntista, nos termos da Lei Estadual nº 21.434 de 31 de maio de 2022, mediante emissão de ordem bancária em até 30 (trinta) dias, contados da data da apresentação da respectiva nota fiscal/fatura, acompanhada dos demais documentos necessários à comprovação do cumprimento das suas obrigações fiscais, trabalhista e previdenciárias, observada a ordem cronológica de pagamento a que se refere o Decreto Estadual nº 9.561/2019.

CLÁUSULA SEXTA DO CONTRATO

6.1 O prazo de vigência será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura, e eficácia a partir da publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado de Goiás.

6.2. O contrato terá início a partir de sua assinatura, com execução a partir da publicação no Diário Oficial do Estado.

6.3. O gestor será designado pela Secretaria de Estado de Esporte e Lazer, que terá como tarefa acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ORDEM DE FORNECIMENTO E DA GESTÃO DO CONTRATO

7.1 Caberá à SEEL a emissão de Ordem de Fornecimento, bem como o gerenciamento, a coordenação, supervisão e fiscalização dos trabalhos objeto deste Contrato e, ainda, fornecer à contratada os dados e os elementos técnicos necessários à realização do fornecimento do objeto licitado.

7.2 A SEEL designará Servidor(es) de seu quadro para realizar a fiscalização dos fornecimentos dos materiais em decorrência da presente contratação, cabendo a ele(s):

I - Anotar, em registro próprio, as ocorrências relativas à execução do contrato, inclusive com a juntada de documentos, em ordem cronológica, necessários ao bom acompanhamento do contrato, determinando as providências necessárias à correção das falhas ou defeitos observados com estabelecimento de prazo para a solução;

II - Transmitir ao contratado instruções e comunicar alterações de prazos, cronogramas de execução e especificações do projeto, quando for o caso e após autorização expressa da autoridade superior;

III - Dar imediata ciência formal a seus superiores dos incidentes e das ocorrências da execução que possam acarretar a imposição de sanções ou a rescisão contratual;

IV - Adotar as providências necessárias para a regular execução do contrato;

V - Promover, com a presença de representante do contratado, a medição e verificação dos serviços e fornecimentos já efetuados, atestando as notas fiscais/faturas ou outros documentos hábeis e emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos;

VI - Manter controle dos pagamentos efetuados e dos saldos orçamentário, físico e financeiro do contrato;

VII - Verificar a qualidade dos materiais e/ou dos serviços entregues, podendo exigir sua substituição ou refazerimento, quando não atenderem aos termos do que foi contratado;

VIII - Esclarecer prontamente as dúvidas do contratado, solicitando ao setor competente da Administração, se necessário, parecer de especialistas;

IX - Acompanhar e controlar os prazos constantes do ajuste, mantendo interlocução com o fornecedor e/ou prestador quanto aos limites temporais do contrato;

X - Manifestar-se por escrito às unidades responsáveis, acerca da necessidade de adoção de providências visando à deflagração de novo procedimento licitatório, antecipadamente ao término da vigência contratual, observadas as peculiaridades de cada objeto e os prazos exigíveis para cada situação, nunca inferiores a 120 (cento e vinte) dias;

XI - Observar se as exigências do edital e do contrato foram atendidas em sua integralidade;

XII - Fiscalizar a obrigação do contratado e do subcontratado, se houver, de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como o regular cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias.

7.3 A gestão do contrato, a ser firmado com a empresa vencedora, compete ao GESTOR nomeado, que dirigirá-se diretamente ao preposto da CONTRATADA para tratar de assuntos relativos à prestação dos serviços e demais termos deste instrumento.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 Cumprir todas as exigências do Termo de Referência.

8.2. Efetuar a entrega dos bens, de acordo com as especificações, condições e prazos previstos.

8.3. Fornecer os itens, observando todos os aspectos quanto à originalidade, qualidade, quantidade e garantia, bem como os prazos de fornecimento e de acordo com as especificações constantes neste Termo de Referência.

8.4. Submeter-se à fiscalização de servidor especialmente designado para este fim, que acompanhará a entrega do objeto, atestando e conferindo a Nota Fiscal, em especial, a quantidade e qualidade dos produtos entregues, podendo recusá-los em todo ou em parte, sempre que for o caso de descumprimento das especificações contidas neste Termo de Referência.

8.5. Emitir e encaminhar a Contratante a Nota Fiscal/Fatura relativa ao objeto contratual efetivamente executado.

8.6. Responsabilizar-se integralmente pelos objetos contratados, nos termos da legislação vigente.

8.7. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, bem como dispor de equipamento, material e pessoal especializado e no quantitativo necessário ao cumprimento do objeto contratado, respeitando as normas de higiene e segurança no trabalho.

8.8. Não efetuar nenhuma alteração no fornecimento do objeto sem a prévia anuência da CONTRATANTE.

8.9. Permitir ao fiscal do contrato fiscalizar o objeto do contrato, que estiverem sendo executados sob sua responsabilidade, o qual poderá sustar, recusar, mandar fazer, refazer ou desfazer qualquer tipo de serviço que não esteja de acordo com as normas, especificações e técnicas usuais, ou que atentem contra a segurança dos usuários ou de terceiros.

8.10. Comunicar em 48 horas antes do evento à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam tomadas as providências necessárias à regularização, substituição e correção de algum item solicitado.

8.11. A CONTRATADA está obrigada a manter um supervisor responsável pelo gerenciamento da execução dos objetos desse Termo de Referência, com poderes de representante e preposto, para tratar com a CONTRATANTE, em qualquer ponto do território nacional.

8.12. A CONTRATADA deverá manter um supervisor no momento da entrega do objeto, para que faça a conferência do trabalho com a CONTRATANTE in loco, com 24 horas de antecedência e para que providencie alguma correção que se faça necessária antes da realização do evento.

8.13. Todos os encargos decorrentes da execução do ajuste, tais como: obrigações civis, trabalhistas, fiscais, previdenciárias ou quaisquer outras, serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

8.14. A CONTRATADA se obriga a cumprir os termos previstos no presente Termo de Referência e a responder todas as consultas feitas pela CONTRATANTE no que se refere ao atendimento do objeto.

8.15. A CONTRATADA ficará sujeita, nos casos omissos, às normas da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 Emitir a correspondente Ordem de Entrega ou Fornecimento, com todas as informações necessárias, em favor da licitante vencedora.

9.2. Prestar informações e esclarecimentos pertinentes e necessários que venham a ser solicitados pelo representante da CONTRATADA, para a correta execução do objeto.

9.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, por meio do Gestor do Contrato, exigindo seu fiel e total cumprimento.

9.4. Dar conhecimento ao titular e ao prestador dos serviços de quaisquer fatos que possam afetar o fornecimento do objeto.

9.5. Pagar, dentro dos prazos, os valores pactuados.

9.6. Notificar, formal e tempestivamente a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1 É vedada a subcontratação e/ou sub-rogação do serviço de gerenciamento, objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

Parágrafo 1º – A rescisão do presente contrato poderá ser:

- determinada por ato unilateral e escrito da **CONTRATANTE**, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;
- amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a **CONTRATANTE**;
- judicial, nos termos da legislação.

Parágrafo 2º – A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a sua rescisão, conforme o disposto nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. Na hipótese de rescisão serão assegurados à **CONTRATADA** o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - MULTAS E SANÇÕES

12.1. As sanções serão aplicadas conforme Lei Estadual nº. 17.928/2012:

“Art. 77. Constituem ilícitos administrativos, a serem considerados em todas as modalidades licitatórias, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, além da prática dos atos previstos nos arts. 81, 86, 87 e 88 da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a prática dos atos previstos no art. 7º da Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, ou em dispositivos de normas que vierem a substituí-los.

Art. 78. Ao candidato a cadastramento, ao licitante e ao contratado, que incorram nas faltas referidas no art. 77 aplicam-se, segundo a natureza e a gravidade da falta, assegurados a ampla defesa e o contraditório, as sanções previstas nos arts. 86 a 88 da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no art. 7º da Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, quando se tratar de licitação na modalidade pregão.

Art. 79. Nas hipóteses previstas no art. 77, o interessado poderá apresentar sua defesa no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da notificação do ato, sendo facultada a produção de todas as provas admitidas em direito, por iniciativa e a expensas daquele que as indicou.

§ 1º Quando necessárias, as provas serão produzidas em audiência previamente designada para este fim.

§ 2º Concluída a instrução processual, a comissão designada ou, quando for o caso, o serviço de registro cadastral, dentro de 15 (quinze) dias, elaborará o relatório final e remeterá os autos para deliberação da autoridade competente para aplicar a penalidade, após o pronunciamento da área jurídica.

Art. 80. A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará o contratado, além das sanções referidas no art. 78, à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato, graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

I – 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no de recusa do adjudicatário em firmar o contrato, ou ainda na hipótese de negar-se a efetuar o reforço da caução, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

II – 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado ou sobre a parte da etapa do cronograma físico de obras não cumprido;

III – 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado ou sobre a parte da etapa do cronograma físico de obras não cumprida, por dia subsequente ao trigésimo.

§ 1º A multa a que se refere este artigo não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas nesta Lei.

§ 2º A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do contratado faltoso.

§ 3º Se o valor da multa exceder ao da garantia prestada, além da perda desta, o contratado responderá pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, ainda, se for o caso, cobrada judicialmente.

Art. 81. A suspensão de participação em licitação e o impedimento de contratar com a Administração deverão ser graduados pelos seguintes prazos:

I – 6 (seis) meses, nos casos de:

a) aplicação de duas penas de advertência, no prazo de 12 (doze) meses, sem que o prestador tenha adotado as medidas corretivas no prazo determinado pela Administração;

b) alteração da qualidade da prestação do serviço;

II – 12 (doze) meses, no caso de retardamento imotivado da execução de serviço, de suas parcelas;

III – 24 (vinte e quatro) meses, nos casos de;

- a) entregar como verdadeira nota de prestação de serviço falsificada, adulterada, deteriorada ou danificada;
- b) paralisação de serviço, sem justa fundamentação e prévia comunicação à Administração;
- c) praticar ato ilícito visando frustrar os objetivos de licitação no âmbito da administração estadual;
- d) sofrer condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo.

Parágrafo único. Na modalidade pregão, ao fornecedor que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, será aplicada penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado, por prazo não superior a 5 (cinco) anos, sendo descredenciado do Cadastro de Fornecedores, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

Art. 82. O contratado que praticar infração prevista no art. 81, inciso III, será declarado inidôneo, ficando impedido de licitar e contratar com a administração estadual, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida quando ressarcida a Administração dos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da respectiva sanção.

Art. 83. Qualquer penalidade aplicada ao candidato a cadastramento, ao licitante ou ao contratado deverá ser informada, imediatamente, à unidade gestora de serviço de registro cadastral.

12.2. Sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, pelo não cumprimento dos compromissos acordados poderão ser aplicadas, a critério da CONTRATANTE, ainda as seguintes penalidades à CONTRATADA:

12.3. Antes da aplicação de qualquer penalidade será garantido à contratada o contraditório e a ampla defesa. A multa será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

a) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração nos termos do art. 81 da Lei Estadual nº 17.928/2012.

b) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a CONTRATANTE, nos termos do art. 82 da Lei Estadual nº 17.928/2012;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - TRIBUTOS E RESPONSABILIDADES

13.1 É da inteira responsabilidade da CONTRATADA os ônus trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes deste contrato.

13.2 A CONTRATANTE exime-se da responsabilidade Civil por danos pessoais ou materiais porventura causados em decorrência da execução do objeto deste instrumento, ficando esta como obrigação exclusiva da CONTRATADA.

13.3. O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em, conforme art. 26 do Código de Defesa do Consumidor:

I - trinta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis;

II - noventa dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.

§ 1º Inicia-se a contagem do prazo decadencial a partir da entrega efetiva do produto ou do término da execução dos serviços.

§ 2º Obstat a decadência:

I - a reclamação comprovadamente formulada pelo consumidor perante o fornecedor de produtos e serviços até a resposta negativa correspondente, que deve ser transmitida de forma inequívoca;

II - (Vetado).

III - a instauração de inquérito civil, até seu encerramento.

§ 3º Tratando-se de vício oculto, o prazo decadencial inicia-se no momento em que ficar evidenciado o defeito.

13.4 A CONTRATADA responde por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, causar a terceiros, em especial a concessionárias de serviços públicos, em virtude do fornecimento dos materiais a seu encargo, respondendo por si e por seus sucessores.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA GARANTIA CONTRATUAL

14.1 Para segurança do cumprimento das obrigações contratuais, a CONTRATADA prestará garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da assinatura do contrato, cabendo-lhe optar por uma das modalidades previstas no art. 56, §1º, da Lei nº 8.666/93. qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento das seguintes ocorrências:

I - Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

II - Prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrente de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

III - Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA;

IV - Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA.

14.2 A garantia deverá vigorar por mais 3 (três) meses, após o término da vigência do instrumento contratual.

14.3 A garantia prestada pela CONTRATADA será restituída automaticamente ou por solicitação, somente quando comprovados:

I - Integral cumprimento de todas as obrigações contratuais;

II - Recolhimento de multas punitivas, se for o caso;

III - Pagamento das obrigações trabalhistas, inclusive verbas rescisórias, bem como dos encargos previdenciários e do FGTS, decorrentes da contratação;

IV - Satisfação de prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, em virtude da execução do objeto do Contrato.

14.4 A garantia oferecida na modalidade fiança bancária, deverá:

I - Ser concedida nos termos e condições autorizadas pelo Banco Central do Brasil;

II - Ser concedida pelo valor integral exigido para a fiança;

III - Conter renúncia expressa ao benefício de ordem;

IV - Estabelecer prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para cumprimento;

V - Ser irretirável, salvo no caso de substituição por outra modalidade de fiança, nos termos do art. 56 da Lei 8.666/1993, previamente aprovado pelo CONTRATANTE.

14.5 Na modalidade de garantia por títulos da dívida pública, estes deverão ter valor de mercado compatível com o valor a ser garantido, preferencialmente em consonância com as espécies recomendadas pelo Governo Federal, como aquelas previstas no art. 2º, da Lei nº 10.179/2001.

14.6 A garantia oferecida na modalidade caução em dinheiro, deverá ser depositada nominal à CONTRATANTE, em instituição bancária informada previamente, para os fins específicos a que se destine, sendo o recibo de depósito o único meio hábil de comprovação desta exigência.

14.7 A garantia oferecida na modalidade de seguro-garantia, deverá constar expressamente da apólice, a cobertura de eventuais demandas trabalhistas e previdenciárias nas quais a CONTRATANTE responda solidariamente ou subsidiariamente com a CONTRATADA.

14.8 A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação e, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia poderá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela Administração ou por meio da Justiça do Trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - FORO

15.1 Os conflitos que possam surgir relativamente ao ajuste decorrente deste contrato acaso não puderem ser equacionados de forma amigável, serão, no tocante aos direitos patrimoniais disponíveis, submetidos à arbitragem, na forma da Lei nº. 9.307, de 23 de setembro de 1996 e da Lei Complementar Estadual nº. 144, de 24 de julho de 2018, elegendo-se desde já para o seu julgamento a CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA), outorgando a esta os poderes para indicar os árbitros e renunciando expressamente à jurisdição e tutela do Poder Judiciário para julgamento desses conflitos, consoante instrumento em Anexo.

15.2 CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA) será composta por Procuradores do Estado, Procuradores da Assembleia Legislativa e por advogados regularmente inscritos na OAB/GO, podendo funcionar em Comissões compostas sempre em número ímpar maior ou igual a 3 (três) integrantes (árbitros), cujo sorteio se dará na forma do art. 14 da Lei Complementar Estadual nº 114, de 24 de julho de 2018, sem prejuízo da aplicação das normas de seu Regimento Interno, onde cabível.

15.3 A sede da arbitragem e da prolação da sentença será preferencialmente a cidade de Goiânia.

15.4 O idioma da Arbitragem será a Língua Portuguesa.

15.5 A arbitragem será exclusivamente de direito, aplicando-se as normas integrantes do ordenamento jurídico ao mérito do litígio.

15.6 Aplicar-se-á ao processo arbitral o rito previsto nas normas de regência (incluso o seu Regimento Interno) da CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA), na Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, na Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015, na Lei Complementar Estadual nº 144, de 24 de julho de 2018 e na Lei Estadual nº 13.800, de 18 de janeiro de 2001, constituindo a sentença título executivo vinculante entre as partes.

15.7 A sentença arbitral será de acesso público, a ser disponibilizado no sítio eletrônico oficial da Procuradoria-Geral do Estado, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas em lei.

15.8 As partes elegem o Foro da Comarca de Goiânia para quaisquer medidas judiciais necessárias, incluindo a execução da sentença arbitral. A eventual propositura de medidas judiciais pelas partes deverá ser imediatamente comunicada à CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA), e não implica e nem deverá ser interpretada como renúncia à arbitragem, nem afetará a existência, validade e eficácia da presente cláusula arbitral.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA REGISTRO

16.1 O presente contrato será encaminhado posteriormente ao Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Goiás, para apreciação.

16.2 E, por estarem as partes desse modo contratadas, foi o presente instrumento assinado no sistema SEI.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER, em Goiânia, aosdias do mês dede dois mil e vinte e três.

Pela **CONTRATANTE**:

Henderson de Paula Rodrigues
Secretário de Estado de Esporte e Lazer

Pela **CONTRATADA**:

(Fornecedor registrado)

ANEXO V DA CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL

1. Qualquer disputa ou controvérsia relativa à interpretação ou execução deste ajuste, ou de qualquer forma oriunda ou associada a ele, no tocante a direitos patrimoniais disponíveis, e que não seja dirimida amigavelmente entre as partes (precedida da realização de tentativa de conciliação ou mediação), deverá ser resolvida de forma definitiva por arbitragem, nos termos das normas de regência da CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA).
2. A CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA) será composta por Procuradores do Estado, Procuradores da Assembleia Legislativa e por advogados regularmente inscritos na OAB/GO, podendo funcionar em Comissões compostas sempre em número ímpar maior ou igual a 3 (três) integrantes (árbitros),

cujo sorteio se dará na forma do art. 14 da Lei Complementar Estadual nº 114, de 24 de julho de 2018, sem prejuízo da aplicação das normas de seu Regimento Interno, onde cabível.

3. A sede da arbitragem e da prolação da sentença será preferencialmente a cidade de Goiânia.
4. O idioma da Arbitragem será a Língua Portuguesa.
5. A arbitragem será exclusivamente de direito, aplicando-se as normas integrantes do ordenamento jurídico ao mérito do litígio.
6. Aplicar-se-á ao processo arbitral o rito previsto nas normas de regência (incluso o seu Regimento Interno) da CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA), na Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, na Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015, na Lei Complementar Estadual nº 144, de 24 de julho de 2018 e na Lei Estadual nº 13.800, de 18 de janeiro de 2001, constituindo a sentença título executivo vinculante entre as partes.
7. A sentença arbitral será de acesso público, a ser disponibilizado no sítio eletrônico oficial da Procuradoria-Geral do Estado, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas em lei.
8. As partes elegem o Foro da Comarca de Goiânia para quaisquer medidas judiciais necessárias, incluindo a execução da sentença arbitral. A eventual propositura de medidas judiciais pelas partes deverá ser imediatamente comunicada à CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL (CCMA), e não implica e nem deverá ser interpretada como renúncia à arbitragem, nem afetará a existência, validade e eficácia da presente cláusula arbitral.

GABINETE DO SECRETÁRIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER, em Goiânia, aos ____ dias do mês de _____ de dois mil e vinte e três.

Pela **CONTRATADA**:

Pela **CONTRATANTE**:

Henderson de Paula Rodrigues
Secretário de Estado de Esporte e Lazer

GOIANIA, 29 de março de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **HENDERSON DE PAULA RODRIGUES, Secretário (a)**, em 31/03/2023, às 14:12, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **46183741** e o código CRC **06CC8AB8**.



Referência: Processo nº 202317576000436



SEI 46183741